



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL

FRANCISCA MARIA BEZERRA DA SILVA

**DO TEMPO DOS ANTIGOS AOS TEMPOS ATUAIS: UM ESTUDO ATRAVÉS DE
NARRATIVAS MEMORIAIS DA HISTÓRIA DO QUILOMBO DE QUEIMADAS EM
CRATEÚS – CEARÁ.**

FORTALEZA

2021

FRANCISCA MARIA BEZERRA DA SILVA

DO TEMPO DOS ANTIGOS AOS TEMPOS ATUAIS: UM ESTUDO ATRAVÉS DE
NARRATIVAS MEMORIAIS DA HISTÓRIA DO QUILOMBO DE QUEIMADAS EM
CRATEÚS – CEARÁ.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ensino de Sociologia, da Universidade Federal do Ceará. Área de Concentração: Ensino de Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Monalisa Soares Lopes.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S58t Silva, Francisca Maria Bezerra da.
Do tempo dos antigos aos tempos atuais: Um estudo através de narrativas memoriais da história do quilombo de Queimadas em Crateús-Ceará / Francisca Maria Bezerra da Silva. – 2021.
62 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Fortaleza, 2021.
Orientação: Profa. Dra. Monalisa Soares Lopes .
1. Quilombola. 2. Escola. 3. Identidade. 4. Memória. I. Título.

CDD 301

FRANCISCA MARIA BEZERRA DA SILVA

DO TEMPO DOS ANTIGOS AOS TEMPOS ATUAIS: UM ESTUDO ATRAVÉS DE
NARRATIVAS MEMORIAIS DA HISTÓRIA DO QUILOMBO DE QUEIMADAS EM
CRATEÚS – CEARÁ.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ensino de Sociologia, da Universidade Federal do Ceará. Área de Concentração: Ensino de Sociologia.

Aprovada em: 08/12/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Monalisa Soares Lopes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Marcos Paulo Campos Cavalcanti de Melo
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Prof. Dr. Alexandre Jerônimo Correia Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

As palavras que norteiam esse estudo são memória e história, por isso prezando por elas, agradeço:

Aos meus pais: José Bezerra e Maria Zuleide, porque sempre zelaram pelos meus estudos.

Pelos meus filhos: Fernanda e Fábio, meus apoiadores em todos os momentos de minha vida.

À minha orientadora: Prof^a Monalisa Soares Lopes, por ter acolhido tão bem a mim e ao meu trabalho.

Aos habitantes de Quilombo de Queimadas, por serem meu principal objeto de estudo.

Aos professores do Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO, por colaborarem com seus ensinamentos à minha formação de Mestre.

Aos professores que aceitaram fazer parte da banca pelas contribuições ao trabalho.

Aos meus colegas do Mestrado, por estarem no apoio sempre, para que eu não desanimasse diante das dificuldades.

Ao meu gato de estimação Karl, que tem nesse momento quatro anos de idade. Ele representa persistência e companheirismo, pois está sempre ao meu lado.

A Capes, agência de fomento a bolsas de estudo, que muito contribuiu para o meu sustento e custeio durante o mestrado.

A banca examinadora, pelas contribuições e avaliações feitas.

A Deus, meu guia que sempre abençoa a minha vida.

O interesse da Sociologia pela memória provém do reconhecimento da importância da dimensão temporal nos fenômenos sociais. Em geral, tanto as continuidades como as discontinuidades da vida social implicam mecanismos de lembrança e de esquecimento, de seleção e elaboração daquilo que o passado deixa para trás de si, e a análise desses mecanismos é parte integrante do estudo diacrônico de lado conjunto social (Paolo Jedlowski, 2003).

RESUMO

A finalidade desse trabalho foi realizar um estudo, pela via da memória, da história do Quilombo de Queimadas, localizado no município de Crateús-Ceará. O trabalho tem suas análises e reflexões desenvolvidas em torno de temáticas como identidade, território, etnicidade, educação, organização quilombola, dentre outros termos, entrelaçados por relatos orais colhidos na pesquisa de campo. Além deste material, recorreremos a documentos oficiais, de reconhecimento e autoidentificação quilombola expedidos pela Fundação Cultural Palmares e pelo INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária. A reconstituição dessa história social recuperou relatos orais dos sujeitos mais velhos do quilombo e também dos sujeitos mais jovens, com idades entre 8 e 27 anos. Os relatos compõem um quadro que evidencia a luta desse povo para sobreviver na terra e dali retirar o sustento de seus descendentes, bem como manter através das novas gerações de remanescentes do quilombo, a firmeza da luta quilombola por organização e direito a ter seu território, espaço de vivência e de sobrevivência. A negação de uma educação contextualizada às experiências dessa comunidade, algo garantido por lei, é outro elemento relevante para discussão que emerge dos relatos dos jovens. Essa pesquisa, documental e de campo, deu origem a uma cartilha pedagógica, registrando a história e a memória quilombola. A cartilha é um subsídio didático para contribuir nas aulas de Sociologia do Ensino Médio, da escola pública, principalmente na escola José de Araújo Veras, localizada no distrito de Queimadas onde está situado o quilombo.

Palavras-chave: quilombola; escola; identidade; memória.

ABSTRACT

The purpose of this work was to carry out a study, through memory, of the history of the Quilombo de Queimadas, located in the municipality of Crateús-Ceará. The work has its analyzes and reflections developed around themes such as identity, territory, ethnicity, education, quilombola organization, among other terms, intertwined by oral reports collected in the field research. In addition to this material, we resorted to official documents, recognition and quilombola self-identification issued by the Palmares Cultural Foundation and by INCRA – National Institute of Agrarian Reform. The reconstitution of this social history recovered oral reports from the older subjects of the quilombo and also from the younger subjects, aged between 8 and 27 years. The reports make up a picture that highlights the struggle of these people to survive on the land and earn their descendants' livelihood from there, as well as to maintain, through the new generations of quilombo remnants, the firmness of the quilombola struggle for organization and the right to have their territory, living and survival space. The denial of education contextualized to the experiences of this community, something guaranteed by law, is another relevant element for the discussion that emerges from the reports of the young people. This research, documentary and field, gave rise to a pedagogical booklet, recording quilombola history and memory. The booklet will be a didactic subsidy to contribute to high school sociology classes at public schools, mainly at the José de Araújo Veras school, located in the district of Queimadas where the quilombo is located.

Keywords: quilombola; school; identity; memory.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Residente em Queimadas – 2000 – 2010 – 2020	31
Tabela 2 – Infraestrutura do distrito de Queimadas e do Quilombo de Queimadas	32
Tabela 3 – Aspectos Socioeconômicos de Queimadas e do Quilombo de Queimadas (Emprego e Renda)	33
Tabela 4 – A educação no Distrito de Queimadas e no Quilombo de Queimadas	33

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A QUESTÃO QUILOMBOLA NO BRASIL	14
2.1	Considerações Históricas	14
2.2	Demarcação, Titularização e Reconhecimento de Territórios Quilombolas no Ceará.	18
3	HISTÓRIA DE QUEIMADAS: ENTRE DOCUMENTOS E NARRATIVAS MEMORIAIS	22
3.1	Origem do Povoado de Queimadas	22
3.2	Organização Quilombola, Território e Economia.	25
3.3	As Relações Identitárias com o Território	28
4	APRESENTAÇÃO DA COMUNIDADE DE QUEIMADAS: DADOS QUANTITATIVOS	31
4.1	Educação e Resistência no Quilombo de Queimadas: As contradições entre a Lei e o cotidiano Escolar.....	35
5	A CARTILHA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA TRABALHAR AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS AULAS DE SOCIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO	39
5.1	O gênero textual Cartilha: A leitura e a Escrita como princípio da Comunicação nas Ciências Sociais	42
5.2	Análise do livro didático de Sociologia no contexto da educação quilombola em Queimadas-Ceará	45
5.3	Educação e Resistência no Quilombo de Queimadas: As contradições entre a lei e o cotidiano escolar	49
5.4	As Leis 10639/2003 e 11645/2008 e a perspectiva da comunidade quilombola de vê-las no contexto da sala de aula.....	52
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS	55
	APÊNDICE A QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ENTREVISTADOS DO QUILOMBO DE QUEIMADAS-CEARÁ.....	58
	ANEXO A – LEI Nº 10.639/2003	59
	ANEXO B – LEI Nº 11.645/2008	60

1 INTRODUÇÃO

A discussão presente neste estudo propõe apontar elementos reflexivos sobre questões como: educação, identidade, território e outras formas de resistência e existência da comunidade quilombola de Queimadas, a partir de uma dimensão histórica de luta identitária construída no seu dia-a-dia com base nos processos organizacionais.

Reconhecida em 2004, a Comunidade Quilombola de Queimadas passa pelas mesmas situações de outras comunidades quilombolas, quais sejam: sofrem com a perseguição de latifundiários, neste caso da região dos Sertões de Crateús, são barrados na hora da utilização da água dos açudes que passam próximo às suas terras, são incriminados por atos de vandalismo, como derrubada de cercas e de fios de telefone rural, nas fazendas vizinhas, dentre outros problemas que, vez por outra, precisam estar se defendendo no Ministério Público local, quando são intimados.

A Comunidade Quilombola de Queimadas é constituída atualmente por 95 famílias, cerca de 365 pessoas, entre velhos, adultos, jovens e crianças, originadas de dois troncos principais, a família Costa e a família Lourenço e seus descendentes. A terra foi doada em 1887 a um casal de escravos que trabalhava na casa grande da família Lopes, proprietária da terra, quando da formação do território de Crateús.

Através de dados colhidos nos Relatórios da Fundação Palmares e do INCRA (2008), bem como em várias visitas feitas ao Quilombo e através de conversas e anotações de relatos orais, o nosso estudo tem sua relevância pautada na problemática do tempo e da memória como modo de reconstituir a história social da comunidade e sua luta por reconhecimento e identidade étnica. Pois, mesmo abordando a genealogia de Queimadas, a sua formação e a luta pela terra, nossa intenção principal é construir um resgate da história desse quilombo, demonstrando a importância da luta por identidade da comunidade para as gerações atuais e vindouras, bem como abordar de forma desmitificada o valor da memória para os “mais velhos”. Suas histórias, seus causos e lembranças representam a reflexão sobre a matéria da experiência e do fazer interpretativo sobre esta.

Nas palavras de Ecléa Bosi (1998, p. 19):

(...) Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se, e com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de uns e de outros, e propõe a sua diferença em termo de ponto de vista.

Tomando como base o fator memória, o convívio com as lembranças, estamos nesse estudo acionando os vários acontecimentos sociais da comunidade, desde sua fundação, passando pela identificação, seus problemas, a luta do seu povo, a sobrevivência e a questão identitária do Quilombo de Queimadas, destacando a recordação como parte da memória coletiva de quem vive nessa comunidade. Diante dessas reflexões, podemos pensar como o fenômeno da memória pode ocorrer de forma única e particular em cada indivíduo, numa soma de todos os indivíduos de uma determinada comunidade, gerando assim a memória coletiva repleta de fatos ocorridos socialmente. Isto se evidencia nas entrevistas realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2020, quando ouvimos as narrativas de jovens, adultos e quatro idosos acima de 65 anos do quilombo.

A partir da pesquisa realizada, foi nossa intenção construir um material didático no formato cartilha, para subsidiar a aprendizagem das novas gerações quilombolas na escola. As entrevistas e as narrativas orais, foram a base desse material que ao ser reproduzido, servirá de apoio aos professores do Ensino Médio, especialmente na disciplina de Sociologia, que nesse caso, da escola de Queimadas, é trabalhada nos três anos do nível médio.

Destacamos aqui, que a Sociologia, em relação às demais disciplinas das Ciências Humanas, tem papel fundamental para integrar memória individual e coletiva, trabalho, luta pela terra, cultura e conhecimento sobre problemas e questões sociais – produtos de um espaço geográfico, de uma sociedade e das condições sociais necessárias ao exercício da cidadania.

O trabalho de pesquisa realizado se orientou pela perspectiva do trabalho de campo, subsidiado por entrevista e observações sistemáticas. A opção pela pesquisa de campo se deveu ao fato de se evitar a representação dos “outros” como sujeitos abstratos. Essa pesquisa é composta de entrevistas livres, gravadas e não gravadas, visitas despreziosas ao Quilombo de Queimadas, registradas em cadernos de campo onde foi possível perceber e anotar expressões nos rostos dos entrevistados como a ansiedade e vontade de se expressar e falar de suas lutas pela terra. No caderno de campo foi anotado conversas informais ocorridas nos arredores do quilombo, com jovens, crianças, adultos e os mais velhos moradores da comunidade.

A ideia de fazer pesquisa sobre a memória, a história e a luta dos remanescentes de quilombo surgiu concomitantemente a outra pesquisa que já vem sendo realizada desde o ano 2009, sobre o Racismo praticado entre alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Regina Pacis em Crateús, Ceará. Inicialmente, houve a percepção, na sala de aula, durante as aulas de História e de Sociologia que alguns alunos, se tratavam de forma racista.

Tendo sido, como docente, testemunha de vários casos, em várias turmas, decidimos conversar com os alunos atingidos, ao término das aulas ou até mesmo no percurso entre a sala de aula e o refeitório da escola.

Foi assustador a descoberta de que os insultos racistas também ocorriam nos ambientes pedagógicos da escola, como os laboratórios de Ciências e de Informática, dentro do transporte escolar e até nos momentos do recreio. Na pesquisa, percebemos que muitos desses insultos eram direcionados aos jovens alunos entre 15 e 19 anos de idade, que moram (ou se autoidentificam como quilombolas) no Quilombo de Queimadas, Zona Rural do Município de Crateús, onde a partir de 2014, funciona uma extensão de matrícula, da referida escola no turno noturno.

A partir da tomada de conhecimento dessa situação, levamos o caso à gestão da escola, que passou a partir de 2010, a desenvolver um trabalho, juntamente com alguns professores, principalmente área de Ciências Humanas, de sensibilizar os estudantes no sentido de minimizarem práticas racistas dentro da escola.

Partindo desse relato, o ano de 2017 representou um *turning point* nesse interesse de tratar a temática do Racismo, quando parte da nossa carga horária de trabalho, como professores de história, passou a ser na extensão de matrícula que fica na localidade de Queimadas. Passamos então a dialogar com as várias problemáticas que essa comunidade enfrenta, tais como: a luta pela permanência na terra, as questões de gênero, questão econômica das famílias, educação, dentre outras situações de vulnerabilidade social, a que são submetidas as famílias quilombolas.

Diante do exposto, consideramos realizar a pesquisa de campo, porque todas as semanas, estamos trabalhando com os jovens quilombolas na escola, e sempre que possível, acompanhamos as reuniões mensais que são feitas na Sede da Associação Quilombola, onde os vários problemas que afligem a comunidade são debatidos e feitos os encaminhamentos.

Optamos por falar de memória, utilizando a categoria tempo, para relatar, os vários momentos históricos pelos quais passou a comunidade, desde 1896 (data da escritura no cartório), quando a terra foi doada às famílias Lourenço e Costa, e ali passaram a sobreviver lutando por reconhecimento para si e seus descendentes até os dias atuais.

Foi possível durante os primeiros quinze dias de janeiro de 2020, irmos três vezes ao Quilombo onde pudemos conversar, entrevistar, dialogar informalmente com os moradores mais velhos do Quilombo. Algumas narrativas estão transcritas ao longo das várias etapas desse estudo. Essas falas relatam toda a problemática vivenciada pelos mais velhos e pela

população adulta, bem como as suas preocupações com os jovens e crianças que vivem na comunidade.

É perceptível em alguns trechos gravados as vozes interpeladas pela idade, pelo choro ou pelo riso, fatos esse que marcam as narrativas e as tornam tão reais, quanto as que já vimos nos livros de história do Brasil Colonial.

Para a realização da pesquisa, acompanhamos diversos eventos e encontros que pautavam a questão quilombola, nos quais se faziam presentes lideranças quilombolas do Piauí e do Maranhão. Em alguns deles fomos representando o Colégio Estadual Regina Pacis. As observações feitas e anotadas, nos deram maior entendimento da questão em foco – ou seja, a causa quilombola.

Além da pesquisa de campo, destacamos ainda as pesquisa bibliográfica realizada recompondo leituras de obras e autores que direcionam seus estudos à questão da memória como elemento vivo da vida social, bem como em documentos oficiais do Governo Federal, em Relatórios Antropológicos feitos pela Fundação Palmares e pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, que certificam a terra como sendo dos quilombolas. Paraphrasing Uriate (2012, p. 13), “buscando realizar esta pesquisa um mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana dos outros que pretendemos aprender e compreender”.

Além do exposto, se faz necessário destacar ainda que o nosso objetivo primordial ao elencar e sistematizar os dados e informações que puderam ser reunidos com os habitantes mais velhos do Quilombo de Queimadas é transformar essas informações em algo que possa servir de referência e incentivo para as gerações mais jovens do quilombo conhecerem a história social da sua comunidade e continuarem levando adiante a luta do seu povo e sua luta por reconhecimento na nossa sociedade.

A pesquisa aqui apresentada reúne e analisa uma complicação de textos escritos à mão, relatos orais gravados em áudio, atas de reuniões mensais realizadas na Sede da Associação Quilombola de Queimadas, onde os habitantes mais velhos do Quilombo, relatam suas experiências de vida, e anotações escritas dos adultos. Todo esse material, articulado com as discussões teóricas mobilizadas, subsidiou a produção de uma Cartilha Pedagógica, objetivando narrar a história do Quilombo de Queimadas em um material que servirá como componente pedagógico para contribuir com os professores de História e de Sociologia, da Escola José de Araújo Veras. Essa escola, pertence à Rede Municipal de Ensino de Crateús. Nessa escola, estudam a maioria dos estudantes da Educação Infantil ao Ensino Médio, que se autoidentificam como Quilombolas.

A ideia foi com a ajuda dos adultos e idosos do Quilombo, produzir um material didático que incremente a aprendizagem, voltada para a valorização das ideias e dos saberes daqueles que muitas vezes chamamos de “velhas/os”, mas que trazem consigo, além das marcas do tempo, a experiência social vivenciada na terra e na luta pela manutenção da terra e do reconhecimento, que até hoje, resistem, atravessam o tempo passado, agem no agora no presente, como precursores de uma luta em favor da questão identitária quilombola.

Ecléa Bosi (2003, p. 11), em seu texto, *Tempos Vivos e Tempos Mortos*, descreve a importância da memória, quando diz:

A memória opera com grande liberdade, escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo. É tarefa do Cientista Social procurar esses vínculos de afinidades eletivas entre fenômenos distanciados no tempo.

Tendo o elemento Memória como sendo um dos aspectos mais importantes da pesquisa, nosso estudo se propõe a fazer esse resgate, procurando demonstrar para as gerações mais jovens do Quilombo, a grandeza das lembranças dos mais velhos, seus ensinamentos e saberes que podem inspirar as ações das novas gerações quilombolas realizando isso através das contribuições que a sociologia como disciplina escolar pode oferecer.

2 A QUESTÃO QUILOMBOLA NO BRASIL

2.1 Considerações Históricas

A concepção conceitual de Quilombo, elaborada em 1740 pelo Conselho Ultramarino em resposta ao Rei de Portugal, e que perdurou até a década de 1990¹, estava fundamentada nas atitudes de fuga, isolamento e autonomia econômica, implicando numa ruptura radical entre o quilombo e a sociedade envolvente. De acordo com Almeida (2002) a definição de Quilombo era “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados e nem se achem pilões neles” (p. 48). Diante desta descrição e conceituação de quilombo, cinco elementos foram destacados por Almeida (2002, p. 48 - 51) e reconsiderados na medida em que ocorrem as variações em alguns deles.

Inicialmente é apontada a fuga como condição primeira de ruptura com a sociedade escravocrata, depois é estipulada uma quantidade mínima de fugidos (“que passem de cinco”), em seguida é ressaltado o isolamento geográfico, onde não tenha ocorrido processo de povoamento anterior e os “fugidos” se encontrem resguardados devido ao difícil acesso, compartilhando no convívio com a “natureza selvagem” e distante da civilização. As duas últimas referências conceituais de Quilombo correspondem a elementos circunscritos na dimensão material: “os ranchos”, as estruturas de moradia e ainda, “os pilões”, utilizados para transformar os alimentos simbolizando o autoconsumo e, conseqüentemente, assegurando a capacidade de reprodução.

Segundo Souza (2016, p. 62 apud ILKA BOAVENTURA, 2004)

(...) faz-se importante considerar que o termo “quilombola” não emerge do nada, nem é fruto de imediatismos políticos. O rico debate proporcionado pelo processo constituinte, fruto da redemocratização do País, permitiu o ressurgimento dessas ideias. As reivindicações dos movimentos sociais encontraram eco no parlamento e permitiram o resgate de lutas em favor do reconhecimento de direitos.

Como destaca a autora, independentemente dos conceitos coloniais, que atravessaram os anos, o que mais importa no contexto atual, são os estudos que refletem sobre

¹ Almeida (2002, p. 47), ao revisar a literatura sobre a temática de quilombo, constata que desde o clássico estudo de Perdigão Malheiros, de 1866, aos recentes trabalhos de Clóvis Moura, de 1996, é considerado o mesmo conceito jurídico – formal de quilombo elaborado no período colonial. A perpetuação deste conceito nestes moldes o tornou frigorificado, aqui o autor refere-se ao paradismo ou aprisionado ao passado, onde o período colonial brasileiro, o conceito de quilombo tinha como significado negros fugidos. Segundo Schmitt et. al (2002, p. 2) este conceito exerceu forte influência em estudiosos da temática quilombola, tais como: Artur Ramos e Edson Carneiro, até os anos 70.

a dimensão identitária da categoria quilombo ou remanescente de quilombo, ou, ainda, quilombolas. O importante é que esses sujeitos históricos existem no presente e têm como pressuposto básico, o fato de ocuparem uma terra que por direito deve ser titulada em seu nome. Assim, qualquer invocação ao passado, deve corresponder a uma forma atual de existência, que pode se realizar a partir de outros sistemas de relações que marcam seu lugar em um espaço social determinado.

O movimento quilombola configura-se, hoje em dia, como uma importante representação dos movimentos sociais no Brasil. As comunidades quilombolas ou remanescentes de quilombo encontram suporte nas lutas do Movimento Negro, de Mulheres Negras, nas mobilizações de Povos e Comunidades Tradicionais, nos Movimentos do Campo e de Luta pela Terra, bem como nos movimentos por uma educação interétnica. Essas organizações têm caráter local e nacional, e alguns chegam ao alcance de redes internacionais, como as estabelecidas em outros países da América do Sul.

No Brasil, o movimento de luta pela garantia dos direitos dessas comunidades é histórico, sociológico e político. Traz consigo uma dimensão regular de resistência, na qual homens e mulheres negras buscavam o quilombo como possibilidade de se manterem física, social e culturalmente, em oposição à expropriação e violência sofridas.

Diante das mobilizações, em defesa dos territórios, luta que se faz presente em vários períodos da nossa história, atualmente muitas comunidades se encontram organizadas e se autoidentificam como quilombolas. Essas comunidades possuem inúmeras denominações como: “terra de pretos”, “terras de Santo”, “mocambos”, “quilombos”, “comunidade de negros”, dentre outros. Todavia, um fator relevante é ter seu território, considerado espaço territorial e social, onde procuram trabalhar na terra, sustentar suas famílias e dar prosseguimento à sua luta, através da memória dos mais velhos ao passar os ensinamentos às gerações mais jovens.

A Constituição de 1988, a partir do Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, traz em seu bojo uma nova roupagem para essa mobilização. Permite que os processos de defesa dos territórios, antes efetivados de diferentes modos e tendo diversas legislações, passe a se dar, a partir de um caminho legal e identitário comum, compartilhado entre as várias comunidades do Brasil.

Hoje transcorridas três décadas de vigência do Artigo 68 da nossa Constituição, são cerca de 3.524 comunidades quilombolas, destas, o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA reconheceu oficialmente, em 2019, 258, distribuídas nos vários estados da

federação. O quadro é complexo dada a conjuntura atual², na qual, a identidade quilombola e o próprio conceito são questionados por representantes dos poderes Executivo e Legislativo brasileiro, por representantes do agronegócio, da construção civil e da indústria. Contudo, o Movimento Quilombola tem resistido a todas essas contestações, uma vez que a luta pela terra é algo secular no Brasil e sempre está associada à sobrevivência física, social e cultural do povo negro.

Contudo, as comunidades quilombolas brasileiras, têm andado na contramão de todas as questões contrárias à sua existência e à demarcação de terras por parte da Fundação Palmares e do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA. Prova disso é o conjunto de articulações que tem sido movimentado, nos últimos anos, principalmente com o apoio de entidades públicas, ONGS e sociedade civil organizada, que tem ampliado o debate em torno da questão quilombola, bem como da questão identitária dos remanescentes. Em muitos estados da federação, as questões identitárias e remanescentes dialogam com o movimento negro urbano e, ainda, com organizações que lutam contra a violência no campo.

O fato é que as comunidades quilombolas mobilizadas, a nível de movimentos sociais, representam uma resistência que há décadas tem lutado em defesa da demarcação de suas terras, em busca de reconhecimento e, sobretudo, de uma proposta conjunta que dê conta do que está escrito no Artigo 68 da Carta Magna brasileira. Mesmo levando em consideração o fato de que a abertura quilombola para demarcação e titulação de territórios tem sofrido uma baixa de 2011 a 2013. Pois fez surgir entre os latifundiários, um movimento de oposição às políticas quilombolas, tanto no campo político, quanto na formação da opinião, articulando, na maioria das vezes, a alegada multiracialidade³ da sociedade brasileira.

Nessa conjuntura, as pessoas identificadas como Quilombolas, têm enfrentado diversos entraves à demarcação e titulação de suas terras, fato que gera conflitos no campo, com os movimentos sociais rurais, mas também urbanos, quando se trata de luta pelo reconhecimento identitário de remanescentes de Quilombolas.

² O Jornal Poder 360, no dia 27 de novembro de 2019, noticiou a nomeação Sergio Camargo, pelo presidente da República Jair Bolsonaro, para o cargo de Presidente da Fundação Palmares. Camargo tem realizado declarações polêmicas e racistas sobre os negros. Este veículo de informação trouxe uma declaração de Camargo que afirma: “O Dia da Consciência Negra celebra a escravização de mentes negras pela esquerda. Precisa ser abolido”. O artigo ainda afirma que Camargo em seu perfil na rede social Facebook, se define como “negros de direita, contrário ao vitimismo e ao politicamente correto.”. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/novo-presidente-da-fundacao-palmares-afirma-que-negro-de-esquerda-e-escravo/> .

³ Figueiredo (2011, p. 18) descreve que a multiracialidade do povo brasileiro, termo adequado para dar conta das demandas de grupos concretos da sociedade brasileira. Esta interpretação tomou o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, uma possibilidade de acesso ao reconhecimento identitário e a garantia de direitos a um contingente populacional que não encontrava lugar na ordem social competitiva: o campesinato negro formado a partir da desarticulação da ordem mercantil escravista.

Na visão de Figueiredo (2011, p. 18):

Além das habituais polêmicas em torno das ações afirmativas, meios de comunicação de massa e discursos políticos apontam para os riscos da emergência de grupos auto-definidos como quilombolas, bem como para as possíveis irregularidades das ações governamentais, em torno de tal identidade. Uma análise tanto dos discursos políticos, quanto dos atores que se mobilizam em torno deles, entretanto, revela que esta oposição não se encontra no campo dos debates raciais, mas em outro, o dos interesses agrários e do agronegócio.

Esse conflito entre Quilombolas e latifundiários se constitui em uma nova face da ameaça aos movimentos sociais no campo. Pois muitas vezes as famílias auto-identificadas quilombolas são expulsas de suas terras, que conseguiram através de doações, desapropriações e/ou compra. Quando estas terras estão próximas a fazendas gigantescas, nas quais o latifundiário mantém um domínio econômico sobre a terra e os meios de produção, ocorrem muitas vezes dessas famílias quilombolas serem ameaçadas e expulsas, sob a alegação de que “invadiram” as propriedades dos latifundiários. Ao mesmo tempo em que a aprovação do Artigo 68 na Assembleia Constitucional deu um alento à luta pela terra de remanescentes no Brasil, suscitou também um processo de oposição à efetivação desse direito, no texto constitucional. Fato esse que demonstra a clara oposição à regulamentação fundiária de territórios quilombolas. Essa oposição tem sido um dos motivos de luta do povo remanescente ao longo da história do Brasil.

De acordo com Leite (2004 apud SOUZA 2016, p. 63):

Assim que foi promulgada a Constituição, quando o tema entrou em pauta nos debates, nas manchetes da imprensa brasileira, apareceram as primeiras reações desfavoráveis ou de nítido estranhamento ao Artigo 68. Essas reações vieram principalmente de setores mais conservadores, representados pelos latifundiários e “grileiros”, que temiam uma drástica alteração no quadro de acesso e regularização fundiária de terras no País; por lideranças governamentais, preocupadas com os recursos que seriam necessários às indenizações das terras já expropriadas das comunidades negras rurais; pelas instituições governamentais, supostamente responsáveis, disputando entre si a gerência desses recursos que seriam destinados às indenizações.

A ampliação dos direitos fundiários dos quilombolas a partir de 1988, também despertou opiniões contrárias a esses direitos por parte daqueles que defendem a tese da “nação hibridizada”, que se juntaram àquelas que defendem o agronegócio e aos latifundiários, para se oporem às políticas afirmativas de titulação de terras quilombolas. Entretanto, ao longo dos anos 2000, outro debate ganhou força - a da autoaplicação do Artigo 68, deslocando-o como um direito fundamental, que não apresenta marco temporal, quanto à antiguidade da ocupação, bem como não determina que haja uma coincidência entre a

ocupação originária e a atual, isso deu fôlego às comunidades quilombolas no início do século XX.

Contudo, há ainda discussões acerca da dimensão interpretativa do Artigo 68, uma vez que o conceito de quilombo tem mudado ao longo da história do Brasil. E esse fato requer uma ampliação e atualização desse dispositivo jurídico para indexar no texto conceitos contemporâneos que deem conta do termo “quilombo” mais conexo à questão identitária. O fato é que após à entrada em vigor deste artigo, o que mais interessa às populações quilombolas é a demarcação e a titularização das terras em benefício de seus membros e de seus descendentes. O que configura uma dívida histórica do Estado brasileiro, no sentido de visibilizar estes povos e atender parte de suas reivindicações em todos os estados da federação.

2.2 Demarcação, Titularização e Reconhecimento de Território Quilombolas no Ceará

As comunidades remanescentes de quilombo são grupos com uma bagagem histórica própria, cujas origens se referem a situações diversificadas, como por exemplo: as doações de terras, realizadas a partir da desagregação de monoculturas; compra de terras pelos próprios sujeitos da comunidade; e, outras vezes, obtidas em troca de serviços, feitos por remanescentes de escravos oriundo do sistema escravista.

Em todos os casos, a terra é a base da sobrevivência cultural e econômica dentro da coletividade. No Brasil, até março de 2013, a Fundação Cultural Palmares certificou 2.040 comunidades Quilombolas, presentes nas cinco regiões do Brasil, tendo uma maior concentração nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco. Dados da mesma fundação, órgão ligado ao Ministério da Cultura, aponta a existência de 1.029 comunidades remanescentes de quilombos certificadas e 143 áreas com terras já tituladas.

No estado do Ceará, existem comunidades quilombolas nos municípios: Tururu, Porteiras, Horizonte, Crateús, Aquiraz, Pacajus, Coreaú, Maraújo, Quiterianópolis, Tamboril, Tauá, Croatá, Araripe, Novo Oriente, Quixadá, Baturité, Ipueiras, Salitre e Aracati. Somando todos os municípios tem-se a quantia de 70 comunidades quilombolas. Destas, 42 já foram certificadas pela Fundação Palmares.

Em falas recorrentes da historiografia cearense, se escuta falar de que no estado não existiam negros, mas alguns autores abrem espaço para a grande incidência de quilombos em todo o Ceará: Florival Saraine em seu texto *Contribuição à Toponímia Cearense* (Revista do Instituto do Ceará, Tomo 62, 1948, p. 266 - 285) apresentava nomes de lugares de

influência “afro-negras” como: Cafundó, Loanda, Mocambinho, Mocambo e Mombaça. Destacava ainda topônimos afro-brasileiros nas sesmarias cearenses: batuque, olho d’água dos negros.

O historiador do Roberto Átila do Amaral Vieira (1958), em seu livro, um Herói sem Pedestal: a Abolição e a República no Ceará (1958), lista quilombos de negros fugidos durante o movimento abolicionista (1879 – 1884) em diversos subúrbios de Fortaleza, com o Benfica, Tauape, Porangabussu, Porangaba, Timbó, Pajuçara, Dendê.

O autor Geraldo Nobre, em seu livro icônico O Ceará em Preto e Branco: participação africana no processo histórico de formação do Ceará (1991), seguindo a mesma linha de pensamento de Saraine e baseado em vasta documentação do Arquivo Público do Estado, do qual foi diretor, destaca em seus textos indícios da existência de quilombos e mocambos no século XVIII, nas fronteiras do Ceará com Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, e amplia a lista de topônimos de origem negra africana. Na sua conclusão, argumenta que os quilombos existiram durante toda a colonização do Estado e em todas as regiões cearenses, persistindo no exemplo do quilombo de Conceição dos Caetanos na cidade de Tururu.

O escritor Eduardo Campos em seu livro As Irmandades Religiosas do Ceará Provincial: apontamentos para sua história (1980), descreve o levantamento de seis Irmandades Religiosas de Homens Pretos (dedicadas à Nossa Senhora do Rosário, em Sobral, Aracati, Fortaleza, Quixeramobim, Barbalha e Crato). Além destas, descreve ainda três comunidades de “Homens Pardos”: (Nossa Senhora do Livramento, em Sobral, Nossa Senhora do Livramento, em Fortaleza, e Senhor do Bonfim em Quixeramobim), que existiram durante todo o século XIX no Ceará. Em geral, as Irmandades de Homens Pretos ou de Homens Pardos apresentavam o cortejo dos Reis Congos nas ruas de suas cidades. Dom José Tupinambá da Frota, em História de Sobral (1974) descreve em detalhes sobre o impacto da apresentação dos Reis Congos em Sobral, entre o dia 24 de dezembro e 1º de janeiro: “o rei e a rainha eram negros, quase sempre escravos, e tinham sua corte formada de negrinhas e molecotes pretinhos, trajando vestes de variegadas cores (...) era um barulho ensurdecador” (p. 52).

Esses textos nos mostram o quanto a população negra cearense se fez protagonista de sua história, de sua luta, de suas crenças e costumes ao longo da historiografia oficial do Ceará. Em todas as localidades citadas, os remanescentes de quilombos resistem até hoje, através de uma luta intensa por terras, reconhecimento étnico e respeito ao seu passado histórico. A relevância desses fatos é inegável e devem ser ressaltados, pois a organização de

grupos negros na nossa sociedade coloca em xeque as falsas percepções da ausência do negro entre a população cearense.

As histórias de como tiveram início os povoados, ou comunidades quilombolas no Ceará, sempre são permeados de memórias, difundidas entre os membros, dos mais velhos aos mais jovens, numa espécie de repertório oral por parte dos primeiros membros que foram constituindo as comunidades. Isso é fato comum entre elas. Principalmente quando se trata da forma de aquisição do território, das lutas contra os latifundiários que possuem suas terras nas proximidades dos territórios quilombolas, bem como da resistência diária para defender as questões identitárias, fato esse que sempre se fez presente na vida dos remanescentes do quilombo no Ceará.

No caso de Queimadas, comunidade quilombola localizada na zona Rural de Crateús, Estado do Ceará, a terra foi doada pela família Lopes ao casal Lourenço e Costa que passou a vida trabalhando em regime de escravidão. Mas ao longo de todo o século XX, as famílias Lourenço e Costa sofreram ameaças e conflitos no campo, tanto dos descendentes da família Lopes, quanto de outros latifundiários da região, que acusam os quilombolas de invadirem as divisas de suas terras, ou de se beneficiarem das águas dos açudes que percorrem diversas terras que ficam no entorno do território doado aos quilombolas.

Os remanescentes do quilombo de Queimadas têm enfrentado diversas ameaças no campo, em virtude da diversificação de produtos agrícolas produzidos no Quilombo. E ao serem acionados procuram provar de forma documental que a terra lhes pertence. Houve uma diminuição desses conflitos, no ano de 2004, quando a comunidade foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, através da Outorga da Certidão de Auto-Reconhecimento de Remanescentes da Comunidade do Quilombo de Queimadas, nº 06 de março de 2004, publicado no Diário Oficial da União nº 43, de 04 de março de 2004, Seção I, fls 07.

Esse fato deu aos quilombolas uma certa segurança na terra e na permanência de seus descendentes. Contudo, nos últimos cinco anos, esses remanescentes mais jovens vêm enfrentando diversos conflitos com os latifundiários, por causa da produção econômica do Quilombo, que contrapõe e concorre com a produção do agronegócio nas fazendas circunvizinhas.

Fazendeiros donos de latifúndios situados nas localidades de Barro Vermelho, Filomena, Santa Luzia, dentre outras localidades que ficam no entorno de Queimadas, vez por outra acionam o Ministério Público de Crateús contra a comunidade quilombola. Nas palavras de Michele Lourenço, atual presidenta da Associação Quilombola de Queimadas, ...:

Nós aqui enfrentamos muitos conflitos de terras. Desde 2004, quando meu pai, Nenê Lourenço, era quem representava os quilombolas, que a gente enfrenta os fazendeiros aqui de perto. Eles querem parte de nossas terras para colocar o gado, usar nosso açude. Eles derrubam a cerca, enfim, há uma grande perseguição contra a gente. Eles nunca aceitaram o nosso reconhecimento. Por isso a luta é intensa. (Entrevista concedida à Francisca Maria Bezerra da Silva, em fevereiro de 2020)

É perceptível na fala da entrevistada que os conflitos pela terra, sua permanência nela, ainda são latentes uma vez que seus direitos fundiários representam motivos de intensa disputa pela legitimidade dos remanescentes de quilombos mesmo após o reconhecimento deste território, ocorrido em 2004.

Nesse sentido, observamos que os mais velhos deixam para a geração mais jovem do quilombo de Queimadas um legado resistência e, acima de tudo, a luta pela questão identitária, que é primordial para o reconhecimento da questão quilombola. Tendo como premissa, a defesa da permanência na terra, a produção econômica, fruto do trabalho coletivo e a manutenção do seu povo, suas histórias e memórias, a nova remanescente quilombola vem com o dever de manter aquilo que foi conquistado pelos seus antepassados, bem como defender a questão identitária desse povo.

Os conflitos territoriais ocorrem não somente na Comunidade de Queimadas, documentos oficiais do Estado do Ceará, elaborados pela Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem, Diversidade e Inclusão Educacional Indígena e Quilombola, dão conta desses conflitos em outros territórios quilombolas, como por exemplo no Quilombo de Conceição dos Caetanos localizado em Tamboril, ao passo que também destacam a resistência e a luta dos povos remanescentes para permanecerem em suas terras.

Um elemento relevante a destacar é que esses agrupamentos, no Ceará, não se formam apenas com as fugas registradas no período colonial no Brasil, muitos remanescentes estão nesses territórios porque se identificam, sentem o pertencimento através da luta e da resistência em defender essa causa. Uma luta secular, sem tréguas, que até hoje enfrenta preconceitos para se manter viva e preservando suas terras.

3 HISTÓRIA DE QUEIMADAS: ENTRE DOCUMENTOS E NARRATIVAS MEMORIAIS

3.1 Origem do Povoado de Queimadas

Queimadas é um distrito que está localizado na microrregião dos sertões de Crateús, no Estado do Ceará, distante aproximadamente 25 km da sede do município. O processo de ocupação da microrregião dos sertões de Crateús, e localmente de Queimadas, seguiu os mesmos padrões de colonização do Nordeste do Brasil⁴.

Na memória dos habitantes mais velhos de Queimadas, o início da ocupação do espaço geográfico se deu devido às atividades socioeconômicas estarem fundamentadas na pecuária e nas culturas agrícolas da mandioca e da cana-de-açúcar. Os únicos criadores de gado eram os proprietários de terras.

Nas palavras de Vó Munda Lourenço:

Aqui tinha duas famílias muito ricas: os Salviano e os Lopes. Nossa família, os Lourenço trabalhavam para os Lopes. Uns no campo, com mandioca e cana-de-açúcar, e outros na casa deles. Aí seu Zé Lopes quando adoeceu, minha mãe era quem cuidava dele. Por isso, ele deixou para os Lourenço um pedaço de sua terra, que vinha ali do Riacho dos Gados até aqui em Queimadas. (Entrevista concedida à Francisca Maria Bezerra da Silva, em 8 de janeiro de 2020).

Na época, Queimadas alcançou notoriedade na atividade econômica, pois em muitas fazendas até hoje, no entorno da localidade, há resquícios de engenhos e a localidade é uma das maiores produtoras de mandioca, com diversas casas de farinha, que davam, e dão até hoje, sustento de várias famílias da região. Nos tempos do povoamento, Queimadas era uma localidade que fazia fronteira com as seguintes localidades: Riacho dos Gados, Mosquito, Marinho, Salgado, Outro Lado e Buritizinho. Vó Munda destaca que a parte que ficou para sua família, pela carta de doação, foi a parte que fica em Queimadas, pois era considerada a terra que menos servia para o plantio de cana-de-açúcar.

Essas localidades, à medida que os herdeiros dos Lopes e dos Salviano mantiveram as fazendas com apenas a Casa Grande e os Engenhos, foram se tornando grandes latifúndios, que além de produzirem mandioca e cana-de-açúcar também criavam gado, atividades que tornaram essas famílias bem-sucedidas economicamente. Queimadas,

⁴ Porto Alegre (1994, p. 15) afirma que o sertão foi ocupado pela pecuária extensiva, na qual o vaqueiro além desta função era encarregado de administrar as fazendas de gado dos senhores de engenho de Pernambuco, Bahia e, posteriormente, Ceará. Através de trabalho forçado escravocrata, a colonização de exploração adotada, iniciou também a exploração e o processamento de cana-de-açúcar e de mandioca.

localizada mais próxima da CE 469 que liga Crateús ao Piauí, foi a localidade que mais se desenvolveu. Foi ali que ergueu-se a igreja, a bodega para comprar as mercadorias de consumo dos trabalhadores e onde as pessoas que queriam ir à Crateús ou ao Piauí, esperavam os transportes.

A origem do nome Queimadas tem conotação religiosa, segundo Vó Munda:

Antes de ser construída a igreja, o pároco de Crateús, mandou erguer uma cruz grande de madeira bem grossa, para indicar que ali era um lugar santo. Um certo dia, a cruz amanheceu queimada, só a cinza. Aí a comunidade da beira da estrada colocou uns tijolos, rodeando as cinzas para saber onde a igreja deveria ser erguida. (Entrevista concedida à Francisca Maria Bezerra da Silva, em 8 de janeiro de 2020).

A partir dos relatos, pode-se perceber que entre todas as localidades que ficam na região Queimadas é a mais desenvolvida. No entanto, economicamente não gerava o lucro esperado pelos proprietários de terras. Martim e Sales (1995, p. 12) com dados extraídos de Nunes (1992, p. 65) apontam que em 1880, em Príncipe Imperial – nome atribuído ao território atual de Crateús (uma homenagem ao Príncipe Regente D. Pedro II que perdurou até 1889) -, não existia sequer uma localidade com vultuosas produções agrícolas, só criação de gado.

No processo histórico de ocupação e delimitação das terras Crateús, há alusão a Queimadas, quando da afirmação que uma mulher recebeu uma extensa faixa de terra, provavelmente por serviços prestados à Coroa, que ia de Queimadas até o Piauí. Na altura da posse, onde atualmente se situa o distrito de Poti (distrito que atualmente faz fronteira com o estado do Piauí), ela trazia consigo 14 escravos (Martim & Sales, 1995 p. 242).

Os referenciais cronológicos memoriais acerca da data de fundação de Queimadas não são precisos, no entanto, as pessoas que estão na faixa entre 80 e 100 anos narram que quando eram crianças, a comunidade tinha entre 3 a 6 casas. Segundo a cronologia pela via da memória, o processo de povoamento de Queimadas se iniciou cerca de 100 anos atrás, por volta de 1919 – 1920, quando o proprietário de terras da família Lopes permitiu que esta localidade passasse a ser um distrito de Crateús.

Com a morte de José Lopes, sua esposa distribuiu as terras para os 12 filhos do casal, que passava pelas localidades de Mosquito, Riacho dos Gados, Queimadas, Marinho, Salgado e Buritizinho. Essas fazendas faziam fronteira com as terras da família Salviano, outro grande proprietário de terras dessa região, que chegava até o Estado do Piauí. O casal Joaquim Lourenço Gomes da Paz e Raimunda Costa saiu da casa dos patrões e foram morar

em Queimadas, numa casa de taipa⁵, onde começaram suas vidas como pequenos agricultores de mandioca e criando galinhas.

Prius (1992, p. 186) ao discorrer sobre o teor cronológico das narrativas orais, afirma que “com respeito à cronologia, a partir da análise interna das tradições orais formais podem produzir uma história sequenciada, mas não necessariamente com uma datação rigorosa”. A forte referência memorial que confere antiguidade ao povoado de Queimadas está centrada nas casas da Família Lopes. Da antiga casa grande pouco restou. No entanto, ao ser evocado este período, os habitantes de Queimadas descrevem a grande área dedicada à construção da casa.

Vó Munda destaca em sua fala:

Minha mãe contava que a casa era enorme. Eram seis que cuidava da arrumação da casa. Da limpeza e da comida. Eles dormiam na casa de farinha, um lado era dos homens e outro das mulheres. Mas todos trabalhavam para o patrão na casa grande. Pegava água no açude e até pescava. (Entrevista concedida à Francisca Maria Bezerra da Silva, em 8 de janeiro de 2020).

O trabalho de escravos mobilizado para cuidar dessas casas se configura no depoimento de Dona Raimunda, ou “Vó Munda” como a chamam no Quilombo. Esse período materializa e demarca a cronologia que indica um “tempo da casa grande”⁶. Vó Munda lembrou em sua fala, trêmula e rouca, que este período em que sua mãe viveu era “o tempo de D. Pedro II”, destacando que a mesma, Gonçala Costa, contava para ela e seus irmãos, que vivia na casa de farinha e que sempre ajudava juntamente com outros negros no trabalho na casa grande da família Lopes.

Refletir e falar sobre a forma como sua família era tratada e como sua origem se fundou neste local, nos dá a dimensão do que essa senhora de 101 anos de idade, completados em dezembro de 2019, relata sobre as resistências quilombolas explicitadas nas histórias sobre a escravidão. É possível perceber os resquícios de casas de taipas, e algumas de alvenaria, onde moravam os “chefes da negrada”, como Vó Munda se refere aos trabalhadores livres da fazenda dos Lopes: “Minha mãe contava que eles eram em três, andavam se arranhando no meio do mato reparando tudo o que os negros faziam. A ocupação deles era ser chefes da negrada, na casa de engenho e no meio do mato”.

⁵ Moradia que apresenta paredes de construções rústicas, feita de barro (a que se misturam às vezes areia e cal), comprimido numa estrutura entretecida de varas ou taquaras de madeira.

⁶ Aqui há uma inspiração na forma de reconstituição da memória tal qual apresentada por Mello (2011) em sua obra “Quando os assentados chegaram: tempo e experiência social no MST”. Circunscreve as relações sociais anteriores à ocupação e relaciona-se ao sistema de dominação política tradicional, as formas de sujeição do trabalho nas grandes propriedades de terra no período colonial brasileiro.

Hoje é possível perceber o temor de todos no Quilombo em relação à possibilidade de perder o “pedaço de chão” que lhes foi deixado como doação, pelos patrões, como forma de reconhecimento aos serviços prestados. Os descendentes dos patrões perceberam a importância econômica dessa terra pelo grande roçado de mandioca que os quilombolas plantam, colhem e produzem alguns produtos da mandioca. E isso faz com que a luta seja incessante nesse quilombo. Por isso a preocupação em relação a permanecer na terra e incentivar a todos, jovens e adultos, que não desocupem suas casas, construídas no local onde seus antepassados foram escravos.

3.2 Organização quilombola, território e economia

O cerne da identificação étnica, social, cultural e histórica que será apresentada recai sobre o pertencimento de alguns membros da localidade de Queimadas à "Família Quilombola", em que os membros deste grupo se autoidentificam como remanescentes de quilombolas e são reconhecidos pelos demais habitantes como os "negros de Queimadas".

Berger (1986, p. 114), aludindo a cerca do caráter social da identidade, afirma que “as identidades são frutos de atribuições da sociedade, sendo necessária a sua sustentação com regularidade”. Essa família, que inclui parentes consanguíneos e afins, se constitui a partir do tronco da família Lourenço, particularmente, por Joaquim Lourenço Gomes da Paz e Raimunda Costa, ou “Vó Munda”, irmã de Cícero Pereira da Costa, Maria Costa, José Costa e Antônio Lourenço da Costa, remanescentes do casal, Joaquim Lourenço Gomes da Paz e Gonçala Costa.

A origem da construção do conceito de Quilombo, instituído no período colonial, se fundamenta na produção autônoma e no isolamento socioambiental, frente à comunidade escravocrata. “A incomunicabilidade, a não participação e, portanto, a total inexistência de interação espacial e econômica, entre o Quilombo e a sociedade escravocrata, imprimiam os elementos fundamentais para a configuração do conceito de Quilombo” Almeida (2002, p. 43).

Neste sentido, os limites conceituais, podem ser melhores vislumbrados na medida em que alguns processos históricos e culturais se diferenciam da conceituação do período colonial, que alimentou uma larga produção jurídico-literária a respeito dessa temática.

De acordo com Souza (2016, p. 44),

A repressão às organizações provenientes do protesto negro com especial ênfase ao aquilombamento se fez presente durante todo o período colonial e imperial. Os quilombos foram violentamente oprimidos por representarem uma ruptura da ordem jurídica, econômica e social, vigente nos períodos coloniais e imperiais. Eram uma constante ameaça ao sistema escravista, pois ao tomarem posse de um território, fragilizavam por meio da luta e de suas práticas, a legislação imposta pela classe dominante que os excluía da condição de possuidores de terra.

Para termos uma ideia da exclusão do acesso à terra no Brasil, basta observarmos o que está descrito na Lei de Terra de 1850. Em seu artigo 1º, essa Lei destaca que: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por título que não seja a da compra”, nas várias regiões do Brasil. Durante o tráfico interprovincias, os negros escravizados, e a partir de suas economias próprias, os quilombolas, que se estruturaram a partir da terra seus usos e costumes, formaram um campesinato negro ainda durante a escravidão. Com a Lei de Terras de 1850, essas comunidades foram muito atingidas, porque o acesso à terra se deu por várias formas como a doação, ocupação, além da compra.

No pós-abolição, o estabelecimento das comunidades em seus territórios se deu por meio da compra, de doação em troca de favores, ou, ainda, por desapropriação. Assim, conforme Souza (2016, p. 49) “a concepção de que os quilombos foram constituídos somente a partir de fugas, processos insurrecionais ou de grupos isolados é uma perspectiva equivocada e que através de estereótipos reflete os resquícios da construção conceitual colonial”. As narrativas históricas, orais e escritas, apontam para uma multiplicidade de formas de se conseguir terras.

No caso do Quilombo de Queimadas, a terra foi conseguida através de uma concessão feita pela Família Lopes à Família Lourenço e Costa, que mantinham uma relação em regime de escravidão com a família Lopes. Os relatos orais que descrevem as formas de constituição desse Quilombo demonstram claramente que a concessão foi feita em consonância entre duas famílias: uma que servia e a outra que era servida.

Na perspectiva de assegurar a vida e a reprodução, por meio das relações sociais, das práticas culturais e econômicas, a terra se apresenta enquanto suporte de bens materiais e do universo simbólico do grupo. Na percepção do domínio da natureza, especialmente do ecossistema ambiental, há dois marcos fundamentais de diferenciação espaço-temporal no universo memorial dos remanescentes de Quilombo de Queimadas. A antiguidade é referenciada pela “mata”. A presença da caatinga arbórea é referida ao próprio espaço habitacional mais inclusivo, nos foi apontado o exemplo de que tinham sido retiradas árvores denominadas aroeira (*Myracrodruas grundeuva Fr. ALL*) para construir a casa grande, a igreja, a casa de farinha, a casa do chefe da fazenda e pequenas casas de taipa para alguns

trabalhadores. Por outro lado, o desmatamento para a intensificação do cultivo agrícola e a escassez de chuvas são apontados pelos remanescentes de quilombolas como fatores que contribuíram para a diminuição da mata em alguns locais do território.

O território de Queimadas sempre viveu do plantio de cana-de-açúcar, bem como do plantio de mandioca, e no período invernosos do plantio de milho e feijão. O desenvolvimento econômico é percebido pelas famílias quilombolas numa linha temporal, em que são referidos os “cultivos antigos” e os “cultivos de hoje em dia”.

As atividades agrícolas realizadas no “tempo antigo” quando a família Lourenço trabalhava em “regime de escravidão” deixaram seus resquícios. É possível vê-los quando se anda pelo quilombo: as construções degradadas pelo tempo, os objetos e artefatos de processamento de vegetais, o engenho, as casas de farinha, os fragmentos de utensílios, tudo isso ainda pode ser visto em Queimadas e na circunvizinhança como nos territórios de Outro Lado, Marinho e Buritizinho.

Atualmente, as famílias quilombolas que habitam Queimadas sobrevivem do plantio da mandioca em menor escala, permanecendo ainda a cultura do processamento da mandioca nas casas de farinha. Há o plantio do milho e do feijão nos períodos invernosos do Ceará. Há cerca de 22 anos, em 1998, foi construído um galpão onde são criadas galinhas. Parte da produção de ovos e frango é vendida para pessoas de outras localidades e da sede de Crateús, outra parte alimenta as pessoas da própria comunidade. É possível perceber ainda o plantio de frutas como: mamão, banana, goiaba, limão e coco. Algumas famílias cultivam o amendoim. Nos quintais, pode-se observar os canteiros com hortaliças como: coentro, cebolinha, pimentão, tomate e plantas medicinais como: cidreira, endro, erva-doce, capim santo, dentre outras plantas, que as pessoas mais antigas do quilombo chamam de “remédio do mato”.

No depoimento de Zacarias Gomes, esposo de Vó Munda, fica clara a importância de extrair da terra onde mora parte do que precisa para sobreviver com os seus descendentes:

Aqui nós plantamos e colhemos. Cria, vende, e come do terreiro quando nós queremos. Tem o milho, a farinha, o feijão, o ovo, coentro e as ervas pra fazer chá e melado para curar a tosse dos meninos. Não falta nada. Por isso que o homem grande, os donos de terras aqui perto, fica de olho nas coisas que a gente produz e dá não dá, estão botando nós na justiça, dizendo que vão ficar com o que é nosso e nós vamos perder tudo que construímos aqui. (Entrevista concedida à Francisca Maria Bezerra da Silva, em 8 de janeiro de 2020).

Em Queimadas há 123 casas, um barracão que é a Casa de farinha, uma igreja católica e uma escola, que foi construída pela Prefeitura Municipal de Crateús. Na escala, funciona a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I, no turno da manhã. No turno da tarde

são quatro turmas de Ensino Fundamental II. À noite, três turmas de Ensino Médio. A extensão de matrícula pertence ao Colégio Estadual Regina Pacis, da Rede Estadual de Ensino em Crateús. Os professores, em torno de 18, alguns residindo em Queimadas e localidades circunvizinhas, sendo também a Educação uma fonte de renda de pessoas da comunidade. Mas, cabe ressaltar que a grande maioria dos docentes reside em Crateús, indo todos os dias em transporte próprio ou fretado. Eles(as) trabalham em Queimadas e em outras escolas da Rede Municipal, próximas a essa localidade. Há ainda a aposentadoria dos mais velhos, oriunda do INSS.

Na comunidade há um posto de saúde, onde médicos e dentistas vão da sede do município, mas as técnicas e auxiliares de enfermagem, bem como os recepcionistas, moram na localidade. Esse quadro econômico é bem típico de várias comunidades do interior do estado do Ceará. Contudo, o que torna Queimadas um tanto distinta é o fato de que a sociedade do local, principalmente os quilombolas, ainda sobrevive do cultivo da mandioca e do seu processamento, como nos moldes antigos, eles(as) mesmos fazem questão de dizer que o que sabem, aprenderam com os seus antepassados. Principalmente no que tange à produção oriunda da mandioca.

Nesse processo de construção de suas vivências, a partir de suas memórias, é importante salientar que os desafios de hoje guardam certas semelhanças com os desafios de ontem. Pois as questões fundiárias vez por outra ressurgem com a mesma finalidade: tirar-lhes a terra, espaço de sobrevivência e de permanência. Ou seja, mesmo tantos anos após a abolição legal da escravidão de seus antepassados, e mesmo com o reconhecimento legal do Estado brasileiro, esses grupos ainda são ameaçados de perder o espaço, o território, o lugar onde suas memórias, suas vivências e sua identidade foram construídas e que ao mesmo tempo é a garantia de sustento das novas gerações quilombolas.

3.3 As Relações Identitárias com o Território

O conceito de território emerge na medida em que se aplica a uma análise social que contemple o uso que se faz dele, seja econômico ou simbólico: “Nesse universo de interferência, os grupos sociais estabelecem uma comunicação permanente com o território usado, onde as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual consistem os elementos fundamentais desta comunicação” (SANTOS, 2004, p. 22-26). As atribuições de significados ao espaço socialmente vivenciado sejam nas práticas cotidianas, sejam na memória que se atualiza em referenciais patrimoniais - territoriais e nas

relações sociais, contribuem para a emergência nas narrativas sobre o passado dos remanescentes de quilombolas de Queimadas.

Instaura-se, nessa dimensão de vivências e evocações, uma “memória longa” que, segundo Deleuze & Guatarri (2004, p. 26) envolve “família, raça, sociedade ou civilização” e desse modo, “decalca e traduz, mas o que ela traduz, continua a agir nela, à distância, o contratempo, intempestivamente, não instantaneamente”.

Assim, o reconhecimento e pertencimento territorial devido a acontecimentos que comunicam um passado remoto de fundação de Queimadas, referido nas expressões “no tempo dos antigos ou no tempo dos escravos”, são marcados por relações sociais de repressão e resistência que emergem nas figuras das famílias Lourenço e Costa, que serviram aos patrões no tempo da escravidão.

Nas palavras do Senhor Zacarias Gomes:

Os mais velhos, como minha mãe, contavam que um dia saiu de casa pra lavar roupas e demorou a fazer o serviço. Quando chegou na casa grande cortaram as pontas dos dedos dela e entregaram outra trouxa de roupa pra ela lavar com as mãos cortadas no riacho da gameleira. Ela demorou muito, pois ficou agonizando embaixo de uma moita de mufumbo. Quando acharam ela, tomou uma surra. (Entrevista concedida à Francisca Maria Bezerra da Silva, em 8 de janeiro de 2020).

Esta mulher escravizada e sua família têm a sua história marcada pela tortura. Esse fato faz do território conhecido como “Riacho da Gameleira”, que fica numa distância de dois quilômetros do povoado de Queimadas, um território onde as famílias Lourenço e Costa, não gostam de rememorar, pois representa um dos lugares circunvizinhos ao Quilombo, que mais houve tortura dos seus antepassados. Ocorre uma identificação e compaixão dos trabalhadores, homens e mulheres, quando são evocadas essas lembranças.

Hoje, o cemitério da comunidade de Queimadas fica exatamente na divisa entre Riacho da Gameleira e Queimadas. Esse fato representa tristeza, tanto dos antigos, quanto dos novos habitantes. O local foi escolhido pelos antigos senhores da terra. Quando esta passou a ser dos escravos, acharam melhor que seus mortos continuassem lá, entre as pedras e no pé da ladeira que liga a Cidade de Crateús ao município de Jatobá Medonho, no estado do Piauí.

Pode-se perceber nesse contexto que as memórias estão intrínsecas ao território, considerado para os remanescentes de quilombolas, como sagrado, pois na terra vivem, morrem e sobrevivem através dos tempos, com suas histórias e suas memórias que atravessam as dimensões da memória individual e passam a fazer parte da memória coletiva, uma vez que os mais antigos contam essas histórias para os mais novos. Daí constrói-se o desejo de

preservar o território dos seus antepassados e agora seu, por direito, de cuidar e permanecer nessa terra.

Nessa via da memória coletiva, de acordo com Anjos & Silva (2004, p. 54-55), se instaura um processo de reinvenção da identidade étnica a partir de elementos que são considerados substanciais. A convivência dos remanescentes de quilombolas de Queimadas e a interação com o território que ocupam, demonstram o apego à terra, pois indicam uma territorialidade conseguida às custas de sofrimento, de opressão e de resistência dos seus antepassados à escravidão.

4 APRESENTAÇÃO DA COMUNIDADE DE QUEIMADAS – DADOS QUANTITATIVOS

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2020, após pesquisa realizada no Quilombo de Queimadas, realizamos também um levantamento junto à Prefeitura Municipal de Crateús com vistas a sistematizar informações demográficas, econômicas, educacionais e de infraestrutura do referido Quilombo. Esses dados contribuem para que possamos melhor conhecer as formas de convivência com a terra, com as pessoas que estão nesse espaço geográfico, bem como aspectos econômicos e sociais que se fazem presentes no cotidiano das famílias quilombolas. São estas informações que apresentamos a seguir:

Tabela 1 – População residente em queimadas (2000 – 2010 – 2020)

Discriminação	População Residente			População Quilombola		
	2000	2010	2020	2000	2010	2020
Total	991	860	1.021	360	352	492
Homens	540	480	502	182	152	169
Mulheres	411	360	478	159	184	292
Crianças	40	20	41	19	16	31

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Pesquisa realizada em janeiro de 2020

A tabela 1 mostra que o aumento da população do distrito de Queimadas é relativamente linear até os dias atuais. Observa-se um decréscimo populacional em 2010, mas em 2020 em pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal de Crateús, objetivando o aprimoramento das políticas de fomento agrícola na Zona Rural, constatou-se um aumento populacional. O mesmo aspecto pode ser observado em relação à população Quilombola que reside em Queimadas. A população teve um aumento considerável, principalmente no que diz respeito ao grupo feminino do quilombo. Se tomarmos como base o ano 2000, em 20 anos, as mulheres tiveram uma taxa considerável no seu crescimento, bem como o número de crianças. Aqui quando nos referimos a crianças, tomamos como base, as que estão entre os recém-nascidos até 12 anos de idade.

Sobre a perspectiva dessas mulheres que compõem a taxa de crescimento da comunidade, a atual presidente da Associação Quilombola, Alessandra Lourenço destacou:

As nossas mulheres, em sua maioria, estão entre 16 e 42 anos de idade. Estão com idade de parir. Porém, as mais jovens, sempre falam que não querem ter tantos filhos, que nem suas mães ou avós. Preferem estudar, ter um emprego talvez fora daqui ou trabalhar na cidade e voltar toda tarde pra casa. Viajar, conhecer outros

cantos. (Entrevista concedida à Francisca Maria Bezerra da Silva, em 8 de janeiro de 2020)

Nesse relato podemos observar que as mulheres mais jovens, com idade escolar, possuem o desejo de trabalhar em outras atividades, diferentes das de suas mães e avós, de “ampliar seus horizontes”, mas isso não significa deixar de se remeter ao Quilombo como seu espaço social, seu lugar.

Tabela 2 – Infraestrutura do distrito de Queimadas e do Quilombo de Queimadas

Discriminação	Distrito de Queimadas	Quilombo
Casas Residenciais	335	95
Casas de Farinha	4	1
Igreja Católica	1	0
Mercadinhos	4	1
Farmácia	1	0
Posto de Saúde	1	0
Terreiro de Umbanda	1	1
Escola	1	0
Depósito de Vender Gás	1	1
Bares	3	0
Açudes	6	1

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura de Crateús. Pesquisa realizada em janeiro de 2020.

A tabela 2 mostra a estrutura física do Distrito de Queimadas, bem como do Quilombo. Vale dizer que as 95 residências do Quilombo estão situadas em 8 mil hectares de terra, sendo que o açude situado nas terras quilombolas é um dos maiores do distrito de Queimadas. Esse fato também se configura motivo de disputas territoriais entre os latifundiários da região, como destaca Alessandra Lourenço:

A gente aqui é muito perseguido. Até pela água, eles, fazendeiros, nos perseguem. Em época de seca, jogam o gado deles pra beber no nosso açude, arrombam a cerca, desligam as bombas que mandam água para as nossas casas. E quando some um boi, dizem que a gente roubou e matou pra alimentar nosso povo. (Entrevista concedida à Francisca Maria Bezerra da Silva, em 8 de janeiro de 2020)

Aqui ficam patentes os conflitos de terras, as acusações e as disputas. Esses fatos muitas vezes se resolvem no Ministério Público de Crateús. Contudo, esses atritos ultimamente vêm se avolumando, mesmo com a intervenção da Secretaria Municipal de Recursos Hídricos, os conflitos parecem mais inflamados, pois além da água do açude, envolvem também as bombas que ligam a água e abastecem as casas quilombolas, que muitas

vezes são desligadas, prejudicando as famílias do quilombo e causando atrasos nas atividades diárias em que a água se faz necessária.

Tabela 3 – Aspectos Socioeconômicos de Queimadas e do Quilombo de Queimadas (Emprego e Renda)

Discriminação	Distrito de Queimadas	Quilombo de Queimadas
Aposentados INSS	72	61
Agricultura	120	80
Produção de Farinha	138	31
Professores	7	0
Técnico em Enfermagem	2	0
Serviços Gerais	3	0
Pedreiro	4	3
Encanador/Eletricista	1	1
Costureira	2	1
Motorista Transporte Escolar	6	2

Fonte: Secretaria de Agricultura Municipal de Crateús. Pesquisa realizada em janeiro de 2020.

A tabela 3 reflete a situação de emprego e renda tanto no distrito de Queimadas, quanto no quilombo deste distrito de Crateús. É interessante observar que a economia de Queimadas como um todo, tem como maior fonte a Agricultura, uma vez que a maior renda é adquirida através da produção de farinha, produzida a partir da fabricação em casas de farinha, situadas nessa localidade. Contudo, os habitantes ainda plantam milho, feijão, frutas e hortaliças para vender na feira de Crateús. Há ainda a aposentadoria oriunda do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) como aspecto provedor dos idosos no Quilombo de Queimadas. Esse fato nos mostra que muitas famílias são formadas por pessoas acima de 60 anos, motivo que desperta nos mais jovens, o desejo de estudar, se formar, para conquistarem um espaço em outras profissões

Tabela 4 – A educação no Distrito de Queimadas e no Quilombo de Queimadas

Discriminação	Distrito de Queimadas	Quilombo de Queimadas
TOTAL (Ano 2020)	280	78
Ed. Infantil	60	11
Ens. Fundamental I	102	31
Ens. Fundamental II	82	26
Ensino Médio	36	10

Fonte: Secretaria de Educação do Município de Crateús. Pesquisa realizada em fevereiro, 2020.

Tem-se na tabela 4 um panorama da educação no distrito de Queimadas, na qual população quilombola se faz presente em todos os níveis de ensino. Porém, no Ensino Fundamental II, que vai do 6º ao 9º ano, é que reside o maior número de alunos. Quando chegamos no Nível Médio de ensino, percebemos que a quantidade de alunos diminui. Os jovens de 16 a 24 anos de idade preferem estudar na sede do município de Crateús. Tanto numa escola profissionalizante, quanto no Colégio Estadual Regina Pacis. Indagada sobre o fato de muitos jovens tomarem esta decisão, a jovem Daniele Lourenço, que cursa o 3º ano do Ensino Médio, no turno da manhã do Colégio Estadual Regina Pacis, destaca que:

Professora, eu acho que tudo é uma questão de oportunidade. Na escola profissional tem os cursos técnicos: enfermagem, comércio e informática. No Colégio Regina Pacis, tem os estágios nos bancos, no comércio, coisas que a gente sonha, que é trabalhar para ajudar a família. Tem ainda as aulas preparatórias para o ENEM, que vocês fazem. No ensino noturno tudo isso é diferenciado ou não tem. (Entrevista concedida à Francisca Maria Bezerra da Silva, em 8 de janeiro de 2020)

Dessa forma, percebe-se que os alunos, ao adentrarem o nível Médio de Ensino, se deslocam no transporte escolar para a sede do município de Crateús, em busca de oportunidades de trabalho e formação profissional. Vê-se ainda que os jovens que cursam o Ensino Médio na localidade de Queimadas são na sua maioria pais e mães, que preferem estudar na própria localidade para ficar mais próximos dos filhos. O jovem Iago Wesley, que tem 18 anos e cursa o 2º ano do Ensino Médio, na escola de Queimadas no turno noturno destaca:

Eu fui pai aos 16 anos. Minha namorada tinha 18. Nossas famílias pediram pra que eu estudasse aqui mesmo, na escola que é extensão do Colégio Regina Pacis. Pois minha namorada deixou a criança comigo e minha mãe e foi embora pra São Paulo, trabalhar lá, eu crio o menino trabalhando na roça, mas eu também quero crescer na vida e estou satisfeito com o ensino que é oferecido aqui na escola à noite. (Entrevista concedida à Francisca Maria Bezerra da Silva, em 8 de janeiro de 2020)

Chama-nos a atenção nesse depoimento, o fato de perceber nesses jovens, os estudos e a escola como sendo uma forma de conseguir trabalhar, de estar futuramente no mercado de trabalho. Apesar da baixa escolaridade dos pais, algumas falas retratam o percurso de muitos jovens na descoberta de novas oportunidades, passando a valorizar o ensino como porta outras ocupações, ao mesmo tempo que necessitam adequar-se às demandas de um trabalho no campo.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a pesquisa se preocupou em retratar também alguns aspectos vivenciados pela população quilombola, fazendo um comparativo com os habitantes da localidade de Queimadas, onde o Quilombo está situado, como forma de

compreendermos os contextos socioeconômicos e educacional, desses descendentes de quilombo, que convivem com várias situações advindas das suas condições sociais.

O levantamento realizado nessa pesquisa, nos meses de janeiro e fevereiro de 2020, demonstra que todos aqueles que se autoidentificam como quilombolas têm um grande desafio pela frente, que é o de além de lutarem por melhores condições de vida, socialmente falando, ainda precisam vencer as várias barreiras que os interpelam a manter produzindo a terra, bem maior de todos que ali habitam com os seus descendentes. Por inúmeras vezes, esse pedaço de chão precisa ser defendido, contra ações movidas pelos latifundiários da região de Crateús.

4.1 Educação no Quilombo de Queimadas: As contradições entre a lei e o cotidiano escolar.

As garantias de direitos para a população quilombola, hoje no Brasil, se apresentam como tema relevante e objeto privilegiado para a Sociologia, não apenas pelo seu impacto no que tange a garantia de direitos para os setores subalternizados de nossa sociedade, mas também pelos entraves à sua real efetivação.

De acordo com o Decreto nº 4.887, de novembro de 2003:

A atribuição ao INCRA, da competência para a identificação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas em 2003, apontou para um movimento de retomada do protagonismo por parte do Executivo Federal: hoje, 1.068 processos se encontram abertos e em curso no órgão, abrangendo 24 estados da federação, com destaques para os estados do Maranhão e de Minas Gerais.

O ano de 2003 se destaca por uma grande conquista para a Educação Quilombola, bem como para o Movimento Negro. Foi sancionada a Lei nº 10639/2003 que altera a Lei nº 9394/1996; esse fato tornou obrigatório o Ensino da Cultura afro-brasileira e africana no Currículo Escolar da Educação Básica. Nesse mesmo contexto, foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais que estabelece a inclusão de conteúdos sobre a História e a Cultura africana e Afro-brasileira no currículo, além de orientar novas práticas pedagógicas no processo de Ensino e de Aprendizagem escolar.

O Governo Federal, lançou em 2004, o programa Brasil Quilombola, de responsabilidade da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPIR), do Ministério da Cultura (MinC), envolvendo 17 ministérios e cinco Secretarias

Especiais⁷. Entre os anos de 2008 a 2011, foram gastos cerca de dois bilhões de reais pela Agenda Social Quilombola.

O ano de 2012 também se destaca na agenda quilombola com a Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012. Considerando as deliberações da I Conferência Nacional de Educação Básica – CONEB (2008), a Conferência Nacional de Educação – CONAE (2010) e as manifestações advindas da participação de representantes das Organizações Quilombolas, bem como de audiências públicas realizadas pelo Conselho Nacional de Educação, a Resolução estabeleceu as Diretrizes Curriculares para a Educação Quilombola na Educação Básica. Essas diretrizes devem alcançar as escolas nos territórios quilombolas rurais e urbanos e/ou escolas localizadas próximas aos territórios, que recebem a população dessas comunidades.

Essas diretrizes têm a função de orientar os sistemas de ensino para que eles possam colocar em prática a educação escolar quilombola, promovendo um diálogo com a realidade sócio- cultural e política das comunidades e dos movimentos quilombolas. Destaca-se aqui as indicações para a ação, conjunto de instruções ou indicações para se levar adiante um conjunto de ações pedagógicas voltadas para uma educação contextualizada com a vivência quilombola.

Em sua elaboração, aprovação e divulgação esses textos legais em âmbito nacional referente à educação escolar quilombola apesar de ser precedida por políticas semelhantes, de iniciativa a nível estadual e municipal produzem impactos relevantes em sua extensão nacional. Em primeiro lugar, porque estes textos consolidam um vocabulário que passará a orientar não só as políticas oficiais, mas também os debates e controvérsias públicas: educação escolar quilombola, escola quilombola, comunidades quilombolas, escola que atende a alunos quilombolas e professores quilombolas. Segundo, consolidam o campo de diferenças entre as especificidades da educação das relações étnico-raciais(Lei Nº 10639/03). Essa diferenciação acabou por fortalecer a necessidade de elaboração de uma lei específica para a educação escolar das populações quilombolas. Por fim, impactam sobre as práticas pedagógicas de escolas situadas em território quilombola com investimento do governo federal para a alimentação escolar, formação de professores quilombolas e não-quilombolas para melhor atuarem em sala de aula com seus alunos.

Todavia, mesmo com os avanços conseguidos através de muitas lutas do povo quilombola, as pesquisas ainda revelam uma forte exclusão das comunidades quilombolas na

⁷ Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, Artigo 2º

escola. Silva & Menezes (2018) em um artigo escrito sobre as comunidades quilombolas de Castanho e Estivas, situadas no interior de Pernambuco, observaram que “a escola que vem sendo implementada nas comunidades quilombolas, consideram pouco ou quase nada das suas especificidades. Continua com suas características e seus currículos excludentes, pois se baseiam no modo de vida urbano de classe média ‘branca’”, comportamento também observados nos estudos de Ferreira & Castilho (2014) e Castilho (2011).

Na comunidade de Queimadas, aqui estudada, existe uma escola pública, que contempla da Educação Infantil até o Ensino Fundamental II; tendo uma cogestão com a rede estadual de Ensino, pois no mesmo prédio funciona no turno noturno, o Ensino Médio regular, como extensão de matrícula do Colégio Estadual Regina Pacis, de Crateús.

Em entrevista com a jovem Daniele Lourenço, fica clara uma descontinuidade entre o que está escrito na Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012 e o que de fato ocorre na prática escolar na comunidade quilombola:

Eu fiz até o 9º ano aqui na escola de Queimadas, depois preferi ir estudar em Crateús. Mas eu percebia durante todo o meu Ensino Fundamental, que pouco se falava em Quilombola na escola. A gente só era lembrado na data de 20 de novembro, quando as professoras pediam pra gente visitar o quilombo e conversar com o nosso povo. Chegando na escola a gente apresentava os trabalhos feitos. Depois a gente fica esquecido, pois os conteúdos dos livros didáticos continuavam sendo seguidos... (Entrevista concedida à Francisca Maria Bezerra da Silva, em 8 de janeiro de 2020)

Esse fato nos mostra o quanto é importante as escolas, que estão inseridas dentro ou próximas às comunidades quilombolas, voltarem parte de seus conteúdos programáticos contidos em seus currículos para um projeto de fortalecimento da identidade quilombola. Sabemos que isso não é tarefa fácil de realizar, pois, muitas vezes estas escolas precisam cumprir o que vem determinado pelas Secretarias municipais e estaduais de educação, mas é necessário fazer uma quebra de parâmetros, quando se trata de promover essas mudanças. A escola se encontra num patamar privilegiado quando se trata de ser uma agência formadora de conhecimento. E esse espaço deve ser criado dentro de disciplinas como Projeto de vida, Sociologia, entre outras disciplinas interessadas em abrir espaço entre os seus conteúdos para a cultura, identidade e os problemas vivenciados pelos quilombolas.

Promover a inserção de conteúdos direcionados para uma educação antirracista na escola é garantir a esses estudantes uma educação voltada para a garantia da permanência dessas identidades e do reconhecimento étnico. Sabemos que há um longo caminho a percorrer, mas precisamos romper com a invisibilidade histórica que acompanha essas comunidades ao longo da história do Brasil.

O jovem Yago Wesley destaca que existem várias reuniões entre lideranças quilombolas e gestores da escola José de Araújo Veras, em Queimadas, para falarem de conteúdos e estratégias de ensino, mas pouco se tem conseguido modificar no currículo. Vejamos o depoimento do mesmo, sobre o tema:

A minha mãe Alessandra Lourenço que hoje é a presidente aqui da Associação Quilombola, diz que quando ela estudava também era assim. Quando ia falar na escola que nós, os quilombolas, precisávamos ser vistos, nosso espaço de luta também era a escola, muita gente dizia pra ela se calar, os professores, a diretora da escola. Pois pra falar em negros tinha o dia 20 de novembro, onde a escola ia abordar isso com mais profundidade. Quando estudei aqui, ouvia isso também. (Entrevista concedida à Francisca Maria Bezerra da Silva, em 8 de janeiro de 2020)

Nesse sentido, trazemos para o debate, a Lei nº 10639/2003 que dá legitimidade dentro da sala de aula e do espaço escolar como um todo, de transversalmente os docentes mobilizarem falas, abordagens, discussões e reflexões sobre a cultura e história africana, afro-brasileira e afrodescendente, sem que para isso, necessite de permissão para que essas abordagens sejam feitas, perpassando pelas ações afirmativas já mencionadas aqui que garantem os direitos dos negros e negras à uma educação voltada para as demandas dessas comunidades.

É urgente, portanto, um repensar por parte da instituição escolar, especialmente no que se refere à organização de um currículo em que haja espaço para ampliar as discussões sobre temáticas e vivências das comunidades quilombolas, uma vez que esses conhecimentos têm muito a contribuir para a formação desses jovens, enquanto sujeitos que estão organizados em torno de uma causa vivenciada ali mesmo, no entorno escolar.

5 A CARTILHA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA TRABALHAR AS QUESTÕES ÉTNICO – RACIAIS NAS AULAS DE SOCIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO

A procura por novas estratégias de ensino que visam estimular os alunos a aprender novos conhecimentos, e com isso compreender como esses conhecimentos devem fazer parte do cotidiano, deve ser uma preocupação permanente dos professores. Segundo Barbosa, Alonso e Viana (2004) é notável que a partir do momento em que o educando está envolvido com os assuntos discutidos em sala de aula, a chance de um sucesso na aprendizagem é maior.

Para alcançar esses objetivos na Sociologia, a construção do conhecimento é realizada por meio da integração de temas, teorias e conceitos, como sugerem as Orientações Curriculares Nacionais (OCNS) para o Ensino Médio. Nesse sentido, o saber sociológico é mobilizado por meio de recortes da realidade em conexão com outras expressões do conhecimento e não se restringe apenas ao Campo das Ciências Humanas. Nosso objetivo maior é o de fazer com que parte do conhecimento adquirido pelos alunos, tenha como ponto de partida sua realidade, seu cotidiano, seu espaço social, como forma de fazer com que esse aluno perceba que a partir desses recortes do seu meio social, podem ser trabalhadas e refletidas as teorias clássicas e contemporâneas consagradas no pensamento sociológico, sempre em uma dimensão contextual, na qual os saberes e as práticas de docentes e discentes sejam privilegiadas.

Destaca-se nessa concepção o uso de cartilhas como uma das ferramentas que podem ser utilizadas pelos professores em sala de aula, a fim de estimular a participação do aluno com os diferentes temas abordados no ensino dos conteúdos de Sociologia, especialmente, quando se trata das questões étnico-raciais. Em virtude dessas questões partem de ensinamentos da memória coletiva da própria comunidade. Para Colares (2011) a cartilha serve como meio de comunicação, em que o conteúdo contido revela aspectos relevantes da sociedade.

Certamente, os estudantes não são seres passivos no processo de ensino e aprendizagem, mas sujeitos históricos que vivenciam diferentes possibilidades de conhecimento e que precisam ter condições de se expressarem e de participarem dos processos de socialização envolvidos na vida escolar. Torres et al. (2015) afirmam que a elaboração de cartilhas, quando contextualizadas e com objetivos concretos, estimula a criatividade e o raciocínio dos educandos, oportunizando os mesmos a desenvolverem senso

crítico. Quando as cartilhas são elaboradas a partir de uma temática social, advinda da realidade dos alunos, estas funcionam ainda como ferramentas de educomunicação no ambiente escolar. Pois possuem uma linguagem, simples, direta, acessível aos que leem e percebem a mensagem social que seus textos pretendem passar.

Na utilização da educomunicação, a cartilha busca a democratização da informação, da narração, do que se pretende contar, informar, por essa razão, os textos geralmente são curtos e diretos, dentro de uma linguagem de fácil compreensão por parte do emissor. Isso ocorre para que as informações cheguem aos leitores e se faça entendível. Para Tassara (2008), a educomunicação é um projeto que possui a intencionalidade educativa, envolvendo práticas que visam levar o conhecimento/informação, estimulando os participantes a exercerem seu direito de produzir informações.

Assim, inspirando-me em questões como: Qual o papel da Lei 10.639/2003 no ensino de História da Cultura Africana, e Afro-brasileira?; Quais as principais desigualdades Sociais decorrentes das relações raciais na sociedade brasileira?; Por que o racismo existe no Brasil, e como podemos combatê-lo ou minimizá-lo nas atitudes dentro da escola?; Como vivem os povos e alunos quilombolas numa sala de aula em que os conteúdos trabalhados, nem sempre enfocam questões de raça e etnia?, busquei construir uma cartilha. Tais questionamentos norteiam, portanto, as informações e narrativas contidas na cartilha, ao mesmo tempo que sugere a utilização desse conhecimento e desses questionamentos para debater políticas que podem ser aplicadas na escola e induzir ao planejamento de medidas criativas para combater as desigualdades produzidas pelas diferentes formas de discriminação racial.

A leitura dos textos, escritos por pessoas dentre elas, alunos quilombolas do Ensino Médio, contribui de forma relevante, para as discussões e reflexões acerca de questões orientadoras, instigantes e provocativas, de interesse de docentes e discentes acerca das questões étnicas e raciais na escola. A cartilha pode subsidiar as aulas de Sociologia, nos três anos do Ensino Médio, mas também pode subsidiar o planejamento dos docentes em outras áreas das Ciências Sociais Aplicadas, uma vez que as questões motivadoras, como etnia, raça, fazem interface com todas as competências e habilidades propostas para serem trabalhadas em sala de aula pelas Diretrizes Curriculares do Novo Ensino Médio.

Para Bonfadini, et al, (2016, p. 5):

[...] a Educomunicação é uma tecnologia, ou uma ferramenta lúdica e interativa que aproxima educandos de educadores, oferecendo uma infinidade de materiais que podem ser utilizados para o desenvolvimento e exploração das mais diversas propostas no âmbito da educação. É então um novo campo de intervenções sociais,

no qual os processos de educação e de comunicação se encontram em aspectos práticos e teóricos, ampliando horizontes, criando novas possibilidades e produzindo um novo comunicar em espaços formais e informais.

Por essa lógica, a Cartilha, como fruto da Educomunicação, estabelece um elo social muito forte com o indivíduo, pois ao mesmo tempo em que informa, instrui, narra, também contribui para o exercício da cidadania, por se tratar de uma metodologia capaz de trazer para a sala de aula o entendimento de temáticas sociais relevantes, originárias das necessidades dos atores que compõem o universo escolar.

A Cartilha, de forma didática e linguagem simplificada, possui as seguintes partes, para melhor compreensão dos leitores: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão. Na introdução, destacam-se os objetivos do trabalho, aliados à Lei 10.639/2003, destacando a importância dessa lei para que sejam trabalhadas na escola as questões de raça e etnia. No desenvolvimento, apresentam-se os diálogos, colhidos através de pesquisa de campo realizada com 20 pessoas que residem no Quilombo de Queimadas em Crateús Ceará, na qual jovens, adultos e alguns idosos produziram texto, relatando suas histórias e memórias do Quilombo. Ressalta-se que dentre esses depoimentos, alguns são de alunos do Ensino Médio, de origem quilombola, que estudam no Colégio Estadual Regina Pacis, em Crateús. Na conclusão da cartilha, destaca-se a importância da disciplina escolar de Sociologia, como uma disciplina que proporciona aos estudantes a reflexão, contextualizando os conteúdos abordados e proporcionando o questionamento coletivo, com a finalidade de desenvolver a análise crítica de temas como racismo, raça, etnia e outras temáticas ligadas ao exercício da cidadania. Todos os diálogos são feitos através de personagens reais, com nomes autorizados pelos pesquisados, durante a realização da pesquisa nos meses de janeiro e fevereiro de 2020, em uma segunda visita feita ao Quilombo de Queimadas em novembro de 2020 e através da coleta de textos e depoimentos orais realizados em fevereiro de 2021.

Participaram com a escrita de textos e depoimentos orais, jovens quilombolas, com idade entre 17 e 21 anos de idade, que ainda estão no Ensino Médio, (um total de 6 jovens, sendo 2 meninos e 4 meninas). Também tivemos 12 adultos, com idades entre 25 e 36 anos de idade, (sendo 2 homens e 10 mulheres). Todas as mulheres pesquisadas exercem uma função política na sociedade Quilombola, como por exemplo: secretariam as reuniões, fazem encaminhamentos das decisões tomadas pelo coletivo, dirigem as reuniões, lavram atas, recolhem as contribuições financeiras para fazer as melhorias no Quilombo e dirigem a sociedade Quilombola de Queimadas. Por fim, tivemos o depoimento de dois idosos, (sendo as duas, mulheres) com idade entre 62 e 89 anos de idade. Os depoimentos orais foram

anotados e transcritos, respeitando a linguagem simples e humilde, das duas idosas, que não são alfabetizadas.

Os depoimentos trazem recortes da luta pela permanência na terra, os percalços encontrados ao longo da caminhada da existência da Comunidade Quilombola de Queimadas. Pode-se observar nos textos tanto dos jovens, quanto dos adultos e idosos o resgate de fatos históricos e sociais que fizeram e fazem parte da existência da comunidade, bem como o anseio de preservar suas identidades e ancestralidade negra, de um povo que tem uma contribuição inestimável, na formação do povo brasileiro.

Trazendo à tona fatos marcantes da história da comunidade, que permeiam a memória de todos aqueles que buscam na luta cotidiana, a permanência na terra, a sobrevivência de seus valores e costumes, deixando para as gerações vindouras suas contribuições em defesa da igualdade racial, os textos destacam detalhes da sobrevivência no Quilombo de Queimadas, além de destacar para alunos e professores, a importância de trabalhar na escola, a construção de um currículo, em que haja espaço para a inserção de conteúdos de história da África, do povo negro, bem como destacar as políticas públicas de igualdade racial tão necessárias entre os povos quilombolas.

5.1 O gênero textual Cartilha: a leitura e a escrita como princípios da Comunicação nas Ciências Sociais

A leitura e a escrita em qualquer idioma constituem-se como práticas sociais utilizadas para diferentes funções da comunicação. A necessidade de obter orientação ou informação específica sobre determinado assunto, ou mesmo para ampliação de conhecimentos da vida social e cotidiana entre as pessoas tornam os atos de ler e escrever atividades essenciais na vida das pessoas. No contato com os diferentes portadores de textos, vamos aprendendo as funções sociais dos textos ali contidos, o que facilita a percepção da sua estrutura e, logo, da sua leitura e compreensão. “Assim, o conhecimento de diversos portadores de textos vai facilitando a antecipação do conteúdo dos diferentes gêneros e tipos textuais (MOREIRA, 1988, p.25)”.

Faz-se necessário salientar que toda manifestação verbal ocorre por meio de gêneros, tanto na oralidade quanto na escrita. “Os gêneros são textos que encontramos em nossa vida diária, com características específicas e com objetivos funcionais nas diversas atividades sociocomunicativas, pois é na interação social que textos são produzidos, adequando-se a atividades comunicativas em que vão se inserir” (MARCUSCHI, 2010, p.11).

Efetivamente pela linguagem nos expressamos nos revelamos e nos relacionamos com os outros. Através da fala ou escrita, criamos e construímos as relações sociais e fazemos histórias. Bakhtin destaca que “o emprego da linguagem ocorre por meio de enunciados proferidos por integrantes desse ou daquele campo da atividade humana, portando, considerando as diversas esferas da atividade social, pode-se perceber a quantidade de gêneros que circulam na sociedade” (2003, p.10).

Tendo como base o fato de que a sociedade passa por diversas transformações, se faz necessário que a língua acompanhe essas mudanças como elemento essencial ao entendimento desses acontecimentos. Nesse ir e vir de fatos sociais, novos gêneros textuais vão surgindo enquanto que outros entrarão em desuso, alguns se transformarão e outros acabam adequando-se às necessidades sociais emergentes, dentro das atividades cotidianas das pessoas. Bakhtin (2003, p.11) nos chama a atenção quando diz que “os gêneros textuais são relativamente estáveis, justamente porque embora tenham características que permitem fazer distinção entre eles, essas características vão se moldando às necessidades que se apresentam em uma sociedade, em um dado momento histórico” .

Os gêneros textuais conversam entre si, se inter-relacionam, dependendo da mensagem a ser transmitida. Seja o tema a ser tratado ou a relevância do conteúdo a ser transmitido, do estilo empregado, dos recursos linguísticos e gramaticais. Os gêneros textuais buscam às vezes uma relatividade, em certos temas, fato esse que torna o texto, um elemento mais rico, de variadas formas para expressar de forma clara, a mensagem a ser transmitida. Diante dessa variedade é importante conhecer o que é mais viável no momento da escrita do texto, levando em conta o fato de que, o que mais importa é a compreensão do texto, por parte de quem lê o que está escrito. Dionísio (2005, p.159) destaca que “dentre os diferentes recursos que são utilizados na construção de textos, cada um exerce funções retóricas diversas para a construção do sentido”.

Quando se percebe que cada situação dessas tem significados diferentes e pede uma forma específica de tratamento, com uma interlocução de fácil entendimento, capaz de demonstrar de forma clara o que se quer fazer entender. No caso do gênero cartilha, objeto de estudo aqui presente, fica evidente que esse gênero pode ser narrativo, mas também possui elementos informativos e dissertativos, pois tem a intenção de informar ao leitor, um determinado conteúdo temático, utilizando uma linguagem fácil, acessível aos interlocutores e com a utilização de textos curtos, diretos, com algumas ilustrações, fatos esses que promovem um entendimento rápido dos temas tratados ao longo de suas seções. Esse formato de gênero textual tem o objetivo de informar, educar, facilitar a leitura e a compreensão, através de falas,

diálogos, desenhos, do uso de cores, disposição do conteúdo que se quer informar, são estratégias que fazem da cartilha, um gênero muito recomendado aos professores e estudantes como um subsídio didático imprescindível quando se quer informar algo conciso, simples e direto.

Na visão de Bacelar, em seu artigo sobre construção de cartilhas, publicado pela UFRPE em 2009:

Cartilha é “qualquer compilação elementar que preceitue um padrão de comportamento” por meio de textos, com ilustrações ou qualquer outro tipo de recurso que reproduza, em muitos aspectos, a realidade, levando o leitor a pensar no assunto apresentado, visando à sua mudança de comportamento em relação a uma realidade específica de qualquer natureza.

Essa compreensão do leitor ou a sua mudança de comportamento é algo que ocorre a partir do momento em que há uma espécie de “ação educativa”, adquirida através da leitura informativa contida na cartilha.

Bacelar (2009, p.13) recomenda ainda que ao iniciarmos o projeto de uma cartilha, deve-se antes de mais nada, “objetivar um estudo coletivo, contar com a participação de uma equipe multidisciplinar, para que tenhamos, assim, uma visão diferenciada do assunto abordado, agregado, dessa forma, diversos saberes, tendo como resultado um produto holístico”.

Nesse contexto, destaca-se que uma cartilha, deve ter claro o seu tema, seus objetivos, o enredo a ser tratado ou informado aos leitores, adequação da linguagem ao público que se quer informar, bem como a definição de personagens reais ou imaginários que darão corpo e forma às informações que se quer veicular. O processo de confecção, leitura e escrita dos diversos tipos de textos e seus significados contidos em uma cartilha, contribui para o enriquecimento de seus conteúdos e temas, facilitando a comunicação, a exposição e o letramento dos leitores, proporcionando-lhes um entendimento efetivo das mensagens apresentadas.

No caso da cartilha aqui descrita, foi contemplada a mensagem desta ser um subsídio didático que traz como destaque a discussão de temas ligados às questões étnico-raciais na escola, em especial com alunos e professores do Ensino Médio, além de alertar sobre os diversos tipos de racismos sofridos pela população quilombola do distrito de Queimadas, na cidade de Crateús, no estado do Ceará. A cartilha traz ainda várias informações sobre a existência e a resistência dessa comunidade diante da luta cotidiana pela vivência e sobrevivência na terra. Utilizando-se do gênero narrativo, a cartilha traz vários depoimentos de pessoas dessa comunidade e ao lado de cada temática abordada, traz planos

de aulas, com sugestões de atividades que irão subsidiar as aulas de sociologia, quando os assuntos abordados em sala de aula fizerem referência à questões sociais e políticas oriundas dessa comunidade de remanescentes.

Nesse contexto, a cartilha traz várias informações de fácil letramento e entendimento por parte dos leitores, apresentando a cartilha também como gênero informativo que cumpre o papel social de educar, informar, disseminar informações capazes de despertar reflexões e debates acerca de questões raciais tão emergentes na escola pública, pela diversidade de alunos que nela estão estudando.

Com esses objetivos, propõe-se a cartilha como um recurso pedagógico o qual os professores podem lançar mão, adequando-a de forma simplificada aos seus planejamentos nas aulas de Sociologia. Além de promover uma informação compreensível, esse subsídio didático se torna plausível porque responde a problemas locais, vivenciados por todos que estão inseridos na comunidade, ao mesmo tempo em que promove a disseminação do reconhecimento étnico e racial para além da comunidade, conhecendo através dos textos e depoimentos da cartilha, como ocorre a resistência quilombola e as questões identitárias da comunidade.

5.2 Análise do livro didático de Sociologia no Contexto da Educação Quilombola em Queimadas.

No rastro da valorização da diferença e da resistência ao colonialismo cultural, uma nova maneira de ver o mundo denominado interculturalidade surge como movimento e projeto político transformador, que luta pela superação da discriminação de culturas minoritárias e pelo reconhecimento público dos valores dessas culturas, apontando a importância da comunicação e da interação entre as culturas como meio de produzir novos conhecimentos e outras interpretações simbólicas do mundo. Tendo em mente esse objetivo, o amparo e a proteção dessas culturas, pela Lei, tornam-se fundamentais para a consolidação de suas singularidades e para o reconhecimento de sua capacidade de produzir conhecimento.

Nesse sentido, é necessário se pensar em estratégias e recursos que sejam incorporados ao trabalho dos professores e alunos em sala de aula, ou seja, se quisermos uma prática pedagógica que fortaleça vínculos e valorize a cultura de um povo, é preciso pensar o ensino a partir do local. Na visão Geertz (1998, p. 05-06)

(...) No campo das Ciências Sociais, o livro didático, o material utilizado como parte do planejamento precisam apontar para a importância de compreender a questão

racial como um campo teórico e prático, referente à construção social, histórica, econômica, política e cultural das diferenças em nossa sociedade, respeitando as diferenças e os direitos humanos.

Assim, contextualizar o trabalho docente em sala de aula, a partir dos temas tratados no livro didático e das demandas sociais e territoriais de cada povo. Nossa análise das contribuições do livro didático de Sociologia como ferramenta pedagógica que pode associar a temática das relações culturais e das desigualdades sociais e raciais com foco na discussão da sociedade brasileira, didaticamente falando, está pautada no livro “Sociologia para jovens do Século XXI”, cujos autores são: Luiz Fernando de Oliveira e Ricardo César Rocha da Costa, publicado em 2016 pela Editora Novo Milênio, que hoje é adotado para os três anos do Ensino Médio no Colégio Estadual Regina Pacis em Crateús – Ceará, escola sede, da Escola Quilombola de Queimadas, lócus deste estudo.

O referido livro traz ao longo de seus capítulos e seções, vários textos complementares de autores ligados às Ciências Sociais, sobre as temáticas: etnia, raça, povos minoritários, racismo e resistência negra. Nas subseções traz textos menores que historicizam, contextualizam e destaca as lutas do povo negro no Brasil ao longo de sua existência.

Contudo, quando se trata especificamente da temática “povos quilombolas”, é perceptível que os textos são escritos de maneira generalizada, sem especificar, no entanto, onde se localizam esses quilombos, a luta desses povos para manterem suas identidades, suas memórias, suas narrativas, oralidade e sua identidade com terra – símbolo dos vínculos afetivos ao longo das gerações. E nesse sentido que destacamos a importância de materiais didáticos como: apostilas, encartes, cards, planos de aula que possam ser desenvolvidos em sala de aula e ampliados com esses materiais didáticos associados à história das sociedades locais, sejam quilombolas, indígenas, numa convergência de redimensionar esses conteúdos para uma aula mais próxima da comunidade, da localidade onde esses povos desenvolvem suas vivências.

Nos subsídios didáticos para os professores de Sociologia, o livro “Sociologia para Jovens do Século XXI”, traz alguns textos que abordam a questão do multiculturalismo, e das Ações Afirmativas, conceitos que surgem nas sociedades capitalistas contemporâneas e visam combater as desigualdades sociais e as várias formas de racismo, preconceitos e discriminações que caracterizam essas sociedades marcadas pelo monoculturalismo e pela homogeneidade cultural decorrentes do eurocentrismo. A partir desses subsídios os docentes que trabalham com a sociologia escolar podem subsidiar suas aulas, fazendo com suas turmas

de Ensino Médio uma ligação ou associação com a temática quilombola, objeto precípua desse estado.

O material didático, não só para a Sociologia, mas para as diferentes disciplinas e encontra-se como um dos recursos mais utilizados no ambiente escolar, pois cabe a este determinar os conteúdos e condicionar as estratégias de ensino, assumindo assim, o papel de um currículo escrito. Ao mesmo tempo que passa a ser um instrumento legitimador das propostas e discursos oficiais, tornando-se um mecanismo possuidor de poder no ambiente escolar. (FLORÊNCIO: 2016, p. 05 - 06)

Assim, de três em três anos, o Ministério da Educação – MEC, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, mobiliza os sistemas de ensino, as escolas e editoras no sentido de elaborar e distribuir em todos os estados da federação brasileira, a oferta de livros didáticos, nas diferentes disciplinas do currículo escolar, oportunizando aos docentes a escolha, de acordo com as orientações Curriculares Estaduais e/ou Municipais, os livros didáticos. No entanto, cabe ressaltar, que nesse processo, ficam de fora, as particularidades das comunidades as quais esses materiais vão chegar. Um dos exemplos mais gritantes é o caso das comunidades quilombolas. Alguns livros, de Sociologia, História, Filosofia e Geografia, faz alusão às temáticas do negro, do racismo, discriminação racial, mas inserindo esses conteúdos como componentes de assuntos mais largos como as unidades nas quais são divididos os capítulos a serem estudados. Geralmente esses temas vêm como componentes da formação do povo brasileiro ou ainda de temas como “Movimentos Sociais”, dificilmente tem uma seção ou texto complementar, no item intitulado “Manual do Professor”, que aprofunda a temática quilombola ou formação e identidade desses povos.

Esse fato nos leva a perceber que os docentes em sua grande maioria e em específico, os professores de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, necessitam buscar materiais diversos para complementar seus estudos e análises dessa temática, particularmente nas escolas que funcionam nas comunidades quilombolas ou que mesmo estando construídas fora dessas comunidades, mas atendem à alunos auto-identificados como remanescentes de quilombos.

Parafrazeando Silva e Sousa (2013), “a escolha do livro didático de Sociologia é processo que não deve ser feito de qualquer forma, é preciso analisar profundamente sobre os conteúdos que nele aparecem bem como os metodologias e objetivos aos quais se propõem”.

Quando se trata do livro didático de Sociologia para o Nível Médio de ensino, uma das preocupações dos docentes é a função que a educação escolar pode ou deve cumprir na formação e/ou emancipação humana, em que medida os livros didáticos podem colaborar para uma leitura de mundo local, das vivências desses alunos? É perceptível nas diversas

análises que realizamos a cada três anos a negligência de conteúdos relacionados às diversas realidades socioculturais locais.

No caso da comunidade quilombola de Queimadas, localizada em Crateús – Ceará, extensão de matrícula do Colégio Estadual Regina Pacis, na mesma cidade, há uma preocupação dos professores de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em elaborar um material complementar, no formato de apostilas, para ser trabalhado junto ao livro didático dos componentes curriculares dessa área de ensino, quando o tema da aula se refere a temas como negritude, etnia, formação do povo brasileiro, dentre outros temas que se relacionam com a temática quilombola.

Parte desse material é um acervo fotográfica que traça a linha do tempo da história da comunidade, desde as lutas pela aquisição da terra até as modificações geográficas sócio espaciais ocorridas no território com as construções que estão ocorrendo ao longo dos anos e da ocorrência do aumento da população local, onde novas casas vão sendo construídas.

Mas a parte textual, escrita, não existe muito acervo, pois faltam registros escritos, condensar dados, narrativas, histórias e memórias, pois há uma imensa dificuldade de escrita por causa do grande número de analfabetos entre a população mais velha da comunidade.

Nesse aspecto, o nosso estudo vai além, quando se propõe a construir uma cartilha, com base em narrativas orais, que resgatem lembranças de velhos, da comunidade, mas que também tem os incrementos da população adulta e de alguns jovens, dessa geração que já está no Ensino Médio ou que concluiu esse Nível de Ensino, depois que o governo do estado do Ceará, através do Centro Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE – Regional 13, que engloba os sertões de Crateús, criou em 2013, a extensão de matrícula do Colégio Estadual Regina Pacis, contemplando os três anos do Ensino Médio, nessa comunidade.

Nos estudos de Sociologia em sala de aula, a partir do livro didático adotado e com o apoio das apostilas elaboradas pelos professores, procuramos debater as relações sociais estabelecidas na sociedade e como essas relações ocorrem dentro da comunidade quilombola uma vez que essas relações podem ser alinhadas a esse processo de desnaturalização e estranhamento do contexto social, pois em sua essência, a sociologia trabalha com o debate das situações sociais postas. Assim, destacamos que associar o livro didático a esse debate local, pode proporcionar aos alunos quilombolas a discussão ampla de teorias sociais e o estabelecimento de suas identidades nas comunidades tradicionais, a luta pela terra e pela permanência nessa terra, políticas públicas de reparação, e principalmente uma abordagem da resistência dessas comunidades.

Essa discussão pode ser aproveitada para introduzir o debate sobre as políticas de ações afirmativas no Brasil e levar para a sala de aula as propostas governamentais, entre elas a de democratização de acesso ao Ensino Superior, e ao Ensino Tecnológico, a começar pela Lei Federal nº 12.711/2012, que estabelece cotas para negros (pretos e pardos) e indígenas nas Instituições Federais.

Desta forma um dos instrumentos didáticos mais utilizados nas escolas – o livro didático – pode não ser a ferramenta mais indicada para fazer essas abordagens sociológicas com os alunos do Ensino Médio, mas a partir dele, se pode alargar o leque dos conteúdos e com a mediação dos professores fazer esse trabalho mais específico nessas comunidades, evidenciando a partir da sala de aula, a importância desse povo como expressão de resistência dos grupos negros no Brasil.

5.3 Educação e Resistência no Quilombo de Queimadas: As contradições entre a Lei e o Cotidiano Escolar.

A discussão presente nesta seção tem como fundamentação apontar os elementos reflexivos sobre o processo de educação formal no Quilombo de Queimadas. Para tanto, encontramos aqui depoimentos de estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio – que funciona como extensão do Colégio Estadual Regina Pacis, escola pública de Crateús.

O prédio escolar, construído em 1996 e inaugurado em 1997, pertence ao município de Crateús e é administrado pela Secretaria de Educação deste município na escola que tem como nome, José de Araújo Veras, homenagem a um fazendeiro da região de Queimadas e pai de alguns vereadores, que ainda hoje são bem votados nessa região, a escola contempla da Educação Infantil até o Ensino Fundamental II, custeado pelo governo municipal, as extensões de matrícula têm o aporte financeiro do governo do Estado do Ceará.

O Currículo Escolar é coordenado pela Secretaria Municipal de Crateús, com conteúdos e livros didáticos selecionados pelos técnicos da referida secretaria, sem a participação da comunidade quilombola, mesmo o prédio estando localizado em meio aos remanescentes, estes se veem obrigados a fazer parte de um ensino que não leva em consideração, sua história, seus valores, seu modo de ver o mundo, enfim, sua luta e resistência.

A educação que as mães quilombolas queriam que seus filhos tivessem, fica a cargo delas mesmas, que são ensinamentos compreendidos no interior das suas casas e de suas famílias e compartilhados nas reuniões na Sede da Associação Comunitária de Queimadas.

Danielle Lourenço, de 22 anos, que recentemente terminou o Ensino Médio, afirma o que de fato ocorre na prática escolar, nessa comunidade quilombola:

Eu fiz até o 9º ano aqui na escola de Queimadas, depois preferi ir estudar em Crateús. Mas eu percebia durante todo o meu Ensino Fundamental, que pouco se falava em Quilombola na escola. A gente só era lembrado na data de 20 de novembro, quando as professoras pediam pra gente visitar o quilombo e conversar com o nosso povo. Chegando na escola a gente apresentava os trabalhos feitos. Depois a gente fica esquecido, pois os conteúdos dos livros didáticos continuavam sendo seguidos... (Entrevista feita em novembro – 2020)

Esse fato nos mostra o quanto é importante as escolas que estão inseridas dentro ou próximas às comunidades quilombolas, voltarem parte de seus ensinamentos escolares contidos em seus currículos, um projeto de fortalecimento da identidade quilombola.

Sabemos que isso não é tarefa fácil de realizar, pois, muitas vezes estas escolas precisam cumprir o que vem determinado pelas Secretarias municipais e estaduais de educação, mas é necessário fazer uma quebra de parâmetros, quando se trata de promover essas mudanças, A escola se encontra num patamar privilegiado quando se trata de ser uma agência formadora de opinião. E esse espaço deve ser criado dentro de disciplinas como Projeto de Vida, Sociologia, e outras disciplinas interessadas em abrir espaço entre os seus conteúdos para se voltar um pouco para a cultura local, os problemas vivenciados pelos quilombolas.

Promover a inserção de conteúdos voltados para uma educação antirracista na escola é garantir a esses estudantes uma educação voltada para a garantia da permanência dessas identidades e do reconhecimento étnico. Sabemos que há um longo caminho a percorrer, mas precisamos romper com a invisibilidade histórica que acompanha essas comunidades ao longo da história do Brasil.

O jovem estudante Yago Wesley destaca que existem várias reuniões entre lideranças quilombolas e gestores da escola, José de Araújo Veras, em Queimadas para falarem de conteúdos e estratégias de ensino, mas pouco se tem conseguido modificar no currículo:

A minha mãe Alessandra Lourenço, que hoje é a presidente aqui da Associação Quilombola, diz que quando ela estudava também era assim. Quando ia falar na escola que nós os quilombolas precisávamos ser vistos, nosso espaço de luta também era a escola, muita gente dizia pra ela se calar, os professores, a diretora da escola. Pois para falar em negros tinha o dia 20 de novembro, onde a escola ia abordar isso com mais profundidade. Quando estudei aqui, ouvia isso também. (Entrevista feita em novembro de 2020)

A partir desses relatos, trazemos para o debate a Lei nº 10639/2003 que dá legitimidade dentro da sala de aula e do espaço escolar para realizar discussões e reflexões

sobre a cultura e história africana, afro-brasileira e afrodescendente, sem que para isso necessite de permissão para que essas abordagens sejam feitas, perpassando pelas ações afirmativas já mencionadas aqui que garantem os direitos dos negros e quilombolas à uma educação voltada para as demandas dessas comunidades.

Essas lacunas apontam a necessidade de a escola repensar sua atuação, no que tange a abordar de forma coerente um currículo em que haja espaço para as discussões sobre temáticas e vivências das comunidades quilombolas, uma vez que esses conhecimentos têm muito a contribuir para a formação desses jovens, enquanto sujeitos que estão organizados em torno de uma causa vivenciada ali mesmo, no entorno escolar.

Nessa perspectiva, não podemos cometer equívocos de pensar os conteúdos escolares deslocados do contexto social em que os estudantes estão inseridos. Devemos enquanto escola ter a compreensão de que o ensino tem mais sentido, quando faz parte da vida desses alunos. Caso contrário, são conteúdos desvinculados, que causam estranheza, pois estão distantes do que se vive nas comunidades quilombolas.

Há, no entanto, um conflito entre as lideranças quilombolas de Queimadas e a Secretaria de Educação Municipal de Crateús, que segundo Michelle Lourenço, uma das lideranças políticas da comunidade, destaca:

Eu já fui várias vezes na escola, para conversar com o diretor, a coordenadora, ou até com a pessoa da Secretaria de Educação, para saber qual é a dificuldade, deles colocarem nos exercícios que eles passam para as crianças alguma coisa relativa à Lei 10.639/2003 ou até à Lei 11.645/2008. Mas é em vão. Quando eles veem a gente lá, já se escondem ou até aparecem, mas dizem logo que a gente está à procura de confusão. Se metendo no trabalho deles.

Podemos perceber que no campo da educação formal em Queimadas também existe um conflito. O reconhecimento, por parte do Estado administrativo, dos direitos desses grupos étnicos não se deu no âmbito do ambiente escolar. Pelo menos no que diz respeito ao reconhecimento de conteúdos voltados para a questão quilombola. Já é difícil compreender que precisa de uma Lei para garantir o direito ao ensino mais específico, a situação fica mais complexa quando os seus direitos não são plenamente efetivados em função de um currículo que não contempla as discussões e as reflexões acerca de raça, etnia, reconhecimento étnico e outras demandas quilombolas.

Nesse contexto, cabe aos próprios remanescentes destacar para seus membros mais jovens, em idade escolar, a importância de promover uma educação voltada para o estudo e a compreensão das relações étnico-raciais na escola e nas ações dentro e fora da comunidade.

5.4 As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e a perspectiva da comunidade quilombola de Queimadas de vê-los no contexto da sala de aula.

A Comunidade educacional de Queimadas, formada por alunos, professores, pais e mães de alunos remanescentes, tem assumido uma responsabilidade imensa em cobrar da escola da comunidade que destaque parte do seu tempo de aula ou algumas disciplinas do currículo escolar para desenvolver um trabalho voltado para o trabalho com a Lei 10.639/2003. Esse fato é minimizado pelo trabalho de algumas mães da comunidade, em reuniões realizadas na Sede da Associação Comunitária de Queimadas, com estudantes do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) como um subsídio didático e ao mesmo tempo, como forma de fazer com que esses alunos cheguem ao Ensino Médio, com experiência de luta, de resistência e de reivindicação.

Vejamos, o que diz Michelle Lourenço sobre esse trabalho:

De tanto a gente ir na escola, pedir, solicitar, já fizemos documento, pedimos a assinatura dos pais e mães de alunos e nada foi feito. A gente nem pede muito, a gente só queria um pequeno espaço para essas leis fossem abordadas em sala de aula. Já sugerimos até uma vez por mês, em forma de seminário, mas não fomos ouvidos. Então, só nos resta trabalhar as leis nas nossas reuniões, com as pessoas da comunidade que conhecem as leis e sabem interpretar e falar para os nossos estudantes. (Entrevista cedida em novembro de 2020)

As ações para fomentar o conhecimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 têm sido empreendidas pelas lideranças do Quilombo de Queimadas, como pressuposto básico para que os alunos cheguem ao Ensino Médio, tendo o conhecimento de que é preciso falar de negro, de quilombola, de raça, de cor, de questão identitária na sala de aula, sem que essas falas se façam presentes só no dia 20 de novembro, considerando Dia da Consciência Negra no Brasil. Há uma necessidade imensa de que essas falas sejam feitas no cotidiano escolar, de que se discuta e reflita sobre a negritude e seus valores, como expressões, vestimentas, organização social. Pensando em sentimento amplo a multiplicidade de formas de resistência desses povos, para se manterem vivos, objetivando principalmente a manutenção de suas identidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como preocupação principal a questão do tempo como fio que articula as experiências de uns e sensibiliza e conscientiza outros. Sociologicamente, dentro dessa categoria, tempo, queremos destacar a importância da memória como elemento central para produzir sentidos e significados que contribuirão para a vida daqueles que hoje são adultos ou crianças. Memória como uma experiência, vivenciada e saboreada por todos aqueles que veem nos mais velhos, a imagem de quem já viveu muita história, e que ao mesmo tempo, sobreviveu a várias lutas para permanecer em um determinado espaço geográfico, convivendo com uma determinada sociedade e sobrevivendo a lutas e batalhas em busca de reconhecimento.

Aqui, a vivência com remanescentes de Quilombolas se constitui em uma luta aberta pela reivindicação da terra, sua ocupação, sobrevivência a partir da propriedade coletiva e a organização política da comunidade quilombola, que tem na terra e pela terra as condições de vida necessárias à sua sobrevivência e a de seus descendentes.

O nosso estudo se debruça sobre a valorização da memória dos habitantes mais velhos do Quilombo de Queimadas em Crateús – Ceará, ao mesmo tempo em que essas memórias, individuais ou coletivas, fazem parte de um evento fundador da sociedade quilombola e seus remanescentes, tendo como base o tempo passado, que se desdobra desde a sua ocupação, até os dias atuais, e o legado desses velhos para as gerações atuais e vindouras, que com certeza, terão como base, as experiências dos mais velhos para com estes aprenderem a conviver na terra de forma coletiva.

A escritora e psicóloga social, Ecléa Bosi, em seu livro *Memória e Sociedade – Lembranças de velhos*, escrito em 1998, destaca que “reconduzindo a memória à dimensão de um trabalho sobre o tempo e no tempo, dando ao trabalho da velhice uma dimensão própria e desdobrando uma triste memória – trabalho – velhice, você aponta para uma nova possibilidade de relação com o velho...” (p. 20). E esse é um dos objetivos traçados aqui: a partir das memórias dos velhos, recompor com o fator tempo a produção das lembranças, um trabalho capaz de articular passado e presente como forma de falar sobre a importância dos quilombolas e de sua cultura, sua luta, para superar lacunas, negligências e violências reminiscentes do período colonial brasileiro – repleto de ideias negativas a respeito do papel dos negros em nossa sociedade.

Através da recomposição da memória, é possível conhecermos a luta do povo negro, contra a escravidão, contra os horrores cometidos pelos latifundiários do Brasil

Colonial, quando estes empunhavam seus chicotes para açoitar e mutilar os negros para que estes produzissem além das suas condições físicas.

Ao longo das entrevistas realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2020, foi possível acessarmos a longitude temporal da dor sentida pelos mais velhos do quilombo, quando se remetem às histórias de seus antepassados. O sentimento de nada poder fazer contra a escravidão, a impotência sentida diante dos maus tratos, a forma como os negros eram vistos, seus sentimentos indefesos vêm à tona. Quando indagamos nas entrevistas, sobre a forma como a terra foi conseguida, relatos de como foi demarcada e os conflitos com outros fazendeiros vizinhos são aspectos que embargam a voz dos moradores mais antigos do quilombo de Queimadas.

Todos esses ensinamentos, esses saberes, nos dão a dimensão da luta do movimento negro e do movimento quilombola. É considerado a riqueza desse repertório de experiências que organizamos um material pedagógico no formato de uma cartilha, que tem como base, as histórias rememoradas por esse povo que vê na luta quilombola coletiva uma forma de evidenciar suas experiências na luta pela sobrevivência em nosso país. Contribuindo assim para o aprimoramento dos debates escolares acerca das relações étnico-raciais no Brasil e as lutas por reconhecimento que se articularam ao longo dos séculos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as novas etnias. *In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.) Quilombos: Identidade étnica e territorialidade.* Editora FGV. Rio de Janeiro, 2002, p. 43-81.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos; SILVA, Sérgio Baptista da. **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitas territoriais.** Porto Alegre. Editora UFRGS, 2004.
- BACELAR, B. M. F. **Metodologias para elaboração de Cartilhas em projetos e educação ambiental em micros e pequenas empresas.** Disponível em: <http://www.eventosufpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/RO514-1.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- BAKHTIM, Mikhail. Os gêneros do discurso. *In: Mikhail Bakhtim. Estética da criação verbal.* São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, P. M. M; ALONSO, R. S; VIANA, F. E. C. Aprendendo Ecologia através de Cartilhas. 2º Congresso Brasileiro do Extensão Universitário. **Anais.** Belo Horizonte, 2004.
- BEZERMAN, Charles; DEONÍSIO, Ângela Paiva; HOFFMAGEL, Judith Chambliss. (org.) **Gêneros textuais, tipificação e interação.** 2. ed. São Paulo: Cartez, 2006.
- BOMFALDINI, K. E. C. G; BORIM, D. C. D. E; ROCHA, M. B. Educomunicação em Práticas de Educação Ambiental: o uso de documentários na Educação Básica. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 9, n. 1, p. 326-341, jan/abr. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2K2HyTT>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- BOSI, Ecléa. **A Opinião e o Estereótipo.** Contexto. São Paulo: HUCITEC, n. 2, março 1979, (p. 9 – 97).
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade.** Lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 19.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais.
- BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm#:~:text=D4887&text=DECRETO%20N%C2%BA%204.887%2C%20DE%2020,Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias. Acesso em: 18 fev. 2021.
- CASTILHO, S. D. de. **Quilombo contemporâneo: educação, família e culturas.** Cuiabá: EDUFMT, 2011.
- COLLARES, S. A. O uso da Cartilha Progressiva (1907) nas escolas do estado do Paraná. *In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.* São Paulo, 2011.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** V. T. Editora 34. Rio de Janeiro.

- DIMISSIO, A. P. Gêneros, Multimídias e multiletramento. *In:* KARWOSKY, Acir; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim (org.) **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 1. ed. União da Vitória: Kaygangue, 2005 v. 1. p. 159-177.
- FERREIRA, A. E., & CASTILHO, S. D. Reflexões sobre a educação escolar quilombola. **Revista de pesquisa em Políticas públicas**, 3. 2004.
- FIGUEIREDO, André Videira de. **O caminho Quilombola: Sociologia Jurídica do Reconhecimento Étnico**. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2011.
- FLORENCIO, Maria Amélia. Reflexões sobre o uso do livro didático de Sociologia na Educação Básica. Seminário Nacional de Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. **Anais [...]** 27 a 29 de abril de 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12811/2/ReflexoesLivroDidaticoSociologia.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2021.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Certidão de Auto – Reconhecimento de Remanescentes da Comunidade do Quilombo Queimadas. n. 6, março de 2004, publicado no **Diário Oficial da União** n. 43, de 04 de março de 2004, Seção I, folhas 07.
- FUNES, Eurípedes Antônio (1992). Negros no Ceará *In:* Souza, Simone de (Org.) **Uma nova história do Ceará**. Edições Demócrito Rocha. Fortaleza. (p. 103 a 132), 2000.
- GEERTZ, Clifford James. Do ponto de vista dos Nativos: a Natureza do entendimento antropológico. *In.* **O Saber local**. RJ. Editora Vozes, 1998.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2011. **Jornal Diário do Nordeste**, 22 de setembro de 2012 – Caderno de Negócios, p.14.
- INCRA. Instituto Nacional de Reforma Agrária. **Relatório de Identificação, Reconhecimento e Delimitação do Quilombo de Queimadas -RTID**, 2008.
- IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Municipal 2017 Crateús**, 2018.
- JEDLOWSKI, Paola Memórias. **Temas e Problemas da Sociologia da Memória no século XX**. Proposições. v. 14, n. 1 (40) p. 217 a 234. Janeiro/Abril, 2003.
- MARCUSCHI, L. A oralidade e Letramento. *In:* Luiz Antonio Marcuschi. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MARTIM, Aurineide Carvalho; SALES, Maria Ivane. **Resgate Histórico: de Piranhas à Crateús**. Fortaleza. Edições Demócrito Rocha, 1995.
- MELLO, Marcos Paulo Campos Cavalcanti de. **Quando os Assentados Chegaram: Tempo e Experiência Social no M. S. T.** 2011. 159 f. Dissertação (Mestrado de Sociologia) Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza, 2011.
- MOREIRA, N. C. R. Portadores de texto: concepções de crianças, quanto a atributos, funções e conteúdos. *In:* M. KATO (org.) **A concepção da escrita pela criança**. Campinas, Pontes, 1988.
- TEBEROSKY A. **Aprendendo a escrever**. São Paulo. Ática, 1992.

PEIRANO, Marisa. **Etnografia, ou a teoria vivida**. PontoUrbe, 2008, posto na online no dia 06 de agosto de 2014. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/1990>. Acesso em: 3 dez. 2019.

PODER 360. **Novo presidente da Fundação Palmares afirma que negro de esquerda é escravo**. [S.I.], 2019. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/1990>. Acesso em: 3 dez. 2019.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Fontes Inéditas para a História Indígena no Ceará. *In*: PORTO ALEGRE, Maria Sylvia; MARIZ, Marlene da Silva; DANTAS, Beatriz Gois (org). **Documentos para a História Indígena no Nordeste**. São Paulo :HHII/USP-FAPESP,1994.

PRINS, Gwyn. História Oral. *In*: Burke, Peter (Org) **A Escrita da História: novas perspectivas**. UNESP. São Paulo; p. 163-198. 1992.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SARAINÉ, Florival. Contribuição Toponímia Cearense. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo 62, p. 266-285, 1948.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CRATEÚS. **Pesquisa Feita no dia 11 de fevereiro de 2020**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE CRATEÚS. **Pesquisa feita no dia 14 de janeiro 2020**.

SILVA, R. A.; MENEZES, J. A. Relações étnico-raciais e educação nas comunidades quilombolas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais** , São João del Rei, n. 30, jul./set. 2018.

SILVA, M. J. de S. E SOUZA, M. H. R. Manuais de Sociologia: Uma análise comparativa entre conteúdos e metodologias para o Ensino Médio. III ENESEB – Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica 2013, Fortaleza/CE. III EMESEB, 2013. **Anais[...]**.

SOUZA, Márcia Lúcia Anacléto de. Entre escola e tradição: a Educação em uma comunidade remanescente de quilombo. **Revista contemporânea de educação**. v. 11. n. 22, ago./dez de 2016. Disponível: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2965/3957>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SOUZA, Bárbara Oliveira (2016). Aquilombar-se: Panorama sobre o Movimento Quilombola Brasileiro. *In*: LEITE, Ilca Boaventura. **O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

UIRARTE, U. M. **O que é fazer etnografia para os antropólogos**. Ponto urbe, 11/2012, online no dia 14 de março 2014. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/300>. Acesso em: 3 dez. 2019.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ENTREVISTADOS DO
QUILOMBO DE QUEIMADAS-CRATEÚS-CEARÁ**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES - ÁREA III
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL PROFSOCIO
PARTE 1
IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ Sexo: F () M ()

Tempo de permanência ou chegada ao Quilombo de Queimadas – Crateús: _____

Estudante () Outra profissão ()

Você está escrevendo um texto, sobre suas lembranças e vivências na comunidade Quilombo de Queimadas. O texto pode ser narrativo. Escreva o que lhe vem à mente. Destaque fatos de resistência e da luta do povo quilombola, pela terra, pela defesa de seus direitos. Destaque a questão identitária e cite também a importância da organização do seu povo para as futuras gerações.

Suas respostas farão parte da confecção de um material didático-pedagógico que servirá de subsídio para professores de Sociologia, História e outras Ciências Sociais trabalharem na sala de aula as questões ligadas a etnia, racismo, quilombo, direitos sociais dentre outros assuntos ligados ao respeito pelo povo negro.

Obrigada (o) por participar.

Prof^ª Francisca Maria Bezerra da Silva

Crateús-Janeiro-2021

ANEXO A – LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

ANEXO B – LEI Nº 11.645, de 10 de março de 2008.

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad